

(Vide Leis nº 8.789/06 e nº 8.825/07)
(Regulamentada pelos Decretos nº 442/2004 e nº 649/2004)

LEI Nº 7500



INSTITUI O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, decretou e eu, Presidente, nos termos do Art. 58, § 6º da **Lei Orgânica** do Município, promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa a esta Lei, ainda que esses não se constituam atividade preponderante do prestador.

§ 1º O ISSQN incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa a esta Lei, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata este artigo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Art. 2º A incidência do imposto independe:

- I - da denominação atribuída aos serviços prestados;
- II - da existência de estabelecimento fixo;
- III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
- IV - do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação dos serviços;
- V - do resultado financeiro do exercício da atividade.

Art. 3º Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da prestação do serviço, ressalvadas as disposições especiais constantes desta Lei.

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 4º O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I, deste artigo, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior do País.

CAPÍTULO III DAS ISENÇÕES

Art. 5º São isentos do ISSQN:

I—~~as empresas ou entidades promotoras de espetáculos teatrais, cinematográficos, exposições, concertos, recitais e similares, desde que realizados para fins exclusivamente assistenciais e sem finalidade lucrativa, previamente comprovada;~~

II—~~as associações recreativas, desportivas e culturais, desde que exerçam atividade beneficente e de caráter não lucrativo;~~

III—~~os bancos de sangue, exclusivamente com relação aos serviços de testes anti-HIV executados em amostras de doadores;~~

IV—~~as pessoas jurídicas de direito privado que, mediante contrato de direito público ou convênio, integrem o sistema único de saúde, exclusivamente com relação aos serviços de internamento hospitalar prestados através do SUS;~~

IV— as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, regularmente inscritas no cadastro geral de contribuintes do Município que, mediante contrato de direito público ou convênio, integrem o Sistema Único de Saúde ou prestem serviços diretamente ao Município, na área de saúde, e desde que o valor do imposto não integre o preço dos serviços; (Redação dada pela Lei nº 11.225/2012)

V—~~as empresas, devidamente constituídas e com sede nesta cidade, em atividade comprovada de no mínimo um ano, que por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares, quando contratadas pelo Município;~~

V— as empresas, devidamente constituídas e com sede nesta cidade, em atividade comprovada de no mínimo um ano, que por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares, quando contratadas pela administração direta e indireta do Município, incluindo suas fundações, autarquias, empresa pública e sociedade de economia mista. (Redação dada pela Lei nº 9.200/2007)

VI—~~os construtores em relação às moradias e pequenas reformas previstas na Lei nº 4.867, de 02/03/1993;~~

VII—~~as entidades assistenciais, desde que estejam devidamente cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social;~~

VIII—~~as empresas de rádio e emissoras de televisão;~~

IX—~~os profissionais liberais abrangidos por esta lei, desde a inserção no respectivo órgão de classe até dois anos, desde que, comprovadamente, possua renda mensal inferior a 140 VRs.~~

Parágrafo Único. O período de inserção previsto no inciso IX deste artigo, será de 05 (cinco) anos para os beneficiários do crédito educativo.

X—~~as empresas que tenham 10 (dez) funcionários ou mais, devidamente constituídas e com sede nesta cidade, em atividade comprovada de, no mínimo, dois anos, na prestação de serviços diretamente para o Município, excetuadas as empresas concessionárias, permissionárias e as prestadoras de serviços contínuos; (Redação acrescida pela Lei nº 8.020/2005)~~

X— As empresas que tenham 05 (cinco) funcionários ou mais, devidamente constituídas e com sede nesta cidade, em atividade comprovada de, no mínimo, dois anos, na prestação de serviços diretamente para o Município, excetuadas as empresas concessionárias, permissionárias e as prestadoras de serviços contínuos; (Redação dada pela Lei nº 8.391/2006)

X— As empresas que tenham ao menos 03 (três) funcionários com idade entre 18 e 21 anos, devidamente constituídas e com sede nesta cidade, em atividade comprovada de, no mínimo, dois anos, na prestação de serviços diretamente para o Município, excetuadas as empresas concessionárias, permissionárias e as prestadoras de serviços contínuos. (Redação dada pela Lei nº 9.491/2008)

XI— As sociedades profissionais de serviços contábeis que promoverem o atendimento gratuito a Microempresa Individual, na forma estabelecida pelo § 22-B, do artigo 18, da Lei Complementar 123/06. (Redação acrescida pela Lei nº 11.131/2012)

XII— As pessoas jurídicas que vierem a se estabelecer fisicamente no Município a partir da data de publicação desta Lei, gerando ao menos dois empregos diretos, para o exercício das seguintes atividades constantes da anexa Tabela de Serviços do ISSQN: (AG)

a) 4.18— Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres;

b) 7.20— Nucleação e bombeamento de nuvens e congêneres;

c) 10.06— Agenciamento marítimo;

d) 17.07— Franquia (franchising);

e) 30.01— Serviços de biologia, biotecnologia e química; (Redação acrescida pela Lei nº 12.401/2015)

Parágrafo Único. As empresas deverão apresentar anualmente, até o último dia útil do mês de janeiro, documentos que comprovem a regular manutenção em seu quadro próprio de funcionários com idade entre 18 e 21 anos. (Redação acrescida pela Lei nº 9.491/2008)

§ 1º As empresas deverão apresentar anualmente, até o último dia útil do mês de janeiro, documentos que comprovem a regular manutenção em seu quadro próprio de funcionários com idade entre 18 e 21 anos. (Redação dada pela Lei nº 12.401/2015)

§ 2º A isenção prevista no inciso XII deste artigo é limitada ao prazo de dez (10) anos, contados a partir da data do deferimento do benefício, na forma do artigo 6º desta Lei. (Redação acrescida pela Lei nº 12.401/2015)

§ 3º Decorrido o prazo de dez (10) anos ou em caso de perda do benefício na forma do § 5º do inciso XII deste artigo, a atividade passará a ser tributada pela alíquota cabível de acordo com a anexa Tabela de Serviços do ISSQN. (Redação acrescida pela Lei nº 12.401/2015)

§ 4º A isenção prevista no inciso XII deste artigo é exclusiva para as atividades tratadas nas suas alíneas "a" a "e", não se aplicando a outras atividades eventualmente desenvolvidas pelo mesmo contribuinte, que serão tributadas nos termos desta Lei. (Redação acrescida pela Lei nº 12.401/2015)

§ 5º Em relação ao inciso XII deste artigo, na hipótese de o contribuinte não manter o número mínimo de empregados diretos no estabelecimento perderá o direito a isenção e deverá calcular e recolher o imposto a partir da data do descumprimento da condição, pelas alíquotas previstas na anexa Tabela de Serviços do ISSQN. (Redação acrescida pela Lei nº 12.401/2015) (Revogado pela Lei nº 12.937/2017)

Art. 6º As isenções serão solicitadas em requerimento, acompanhado das provas de que o contribuinte preenche os requisitos necessários à obtenção do benefício.

Art. 6º As isenções e demais tratamentos tributários diferenciados serão solicitados em requerimento, acompanhado das provas de que o contribuinte preenche os requisitos necessários à obtenção do benefício. (Redação dada pela Lei nº 9833/2008)

Parágrafo Único. Quando o ato administrativo com o deferimento do pedido não dispuser sobre a data do início do efeito, será considerado como tal a data do deferimento do requerimento. (Redação acrescida pela Lei nº 11131/2012)

Capítulo III A

INCENTIVO À ARRECADAÇÃO (Redação acrescida pela Lei nº 13953/2021)

Art. 6º-A A arrecadação pontual do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza do Município de Ponta Grossa será incentivada mediante concurso de premiação denominado "ISS Premiado". (Redação acrescida pela Lei nº 13953/2021)

Art. 6º-B A participação no sorteio é exclusiva para pessoa física, a qual deve:

I - Solicitar NFE de serviços em seu CPF;

II - Fazer a adesão ao programa;

III - O contribuinte terá direito a um cupom de sorteio a cada quinhentos reais em serviços emitidos em seu CPF;

IV - O controle dos créditos e das NFE se dará por CPF com consulta on-line por aplicativo de celular ou no site da Prefeitura;

V - Em dezembro de cada exercício os cupons com os CPF's irão para sorteio público e concorrerem a prêmios constante na LEI e no Regulamento do Programa. (Redação acrescida pela Lei nº 13953/2021)

Art. 6º-C É possível a adesão de prestadores de serviços como parceiros do programa ISS Premiado, mediante doação de brindes ou prêmios a serem sorteados, como a inclusão dos mesmos nas peças publicitárias do Programa. (Redação acrescida pela Lei nº 13953/2021)

Art. 6º-D O ISS Premiado se dará mediante sorteio anual de prêmios em dinheiro ou bens, inclusive automóveis, com custo anual de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 1º O valor a que se refere o caput deste artigo poderá ser atualizado monetariamente por DECRETO nos mesmos índices que forem utilizados para a correção dos tributos municipais.

§ 2º Os valores dos prêmios distribuídos serão calculados em valores líquidos e eventuais tributos incidentes deverão ser deduzidos e recolhidos pela Comissão de Administração do concurso.

§ 3º No caso do sorteio de veículos automotores, as obrigações acessórias, como licenciamento e IPVA, dentre outras, ficarão a cargo do contribuinte premiado. (Redação acrescida pela Lei nº 13953/2021)

Art. 6º-E Para a organização do concurso será nomeada, através de PORTARIA, uma Comissão de Administração, que deverá contar com, no máximo, 5 (cinco) membros, e que terão as seguintes atribuições:

I - zelar pelo cumprimento do disposto nesta LEI e seus regulamentos;

II - orientar e dirimir as dúvidas dos participantes do concurso;

III - organizar os eventos de premiação;

IV - proceder à notificação do contribuinte para a comprovação de sua regularidade perante o fisco e retirada do prêmio;

V - homologar os sorteios e divulgar o nome dos premiados, no momento da apuração bem como proceder à publicação na imprensa local;

VI - comunicar à autoridade fazendária o prêmio não reclamado no prazo legal, para as providências legais;

VII - apreciar, preliminarmente, os recursos apresentados, com parecer à autoridade fazendária, que decidirá sobre o feito, em grau superior;

VIII - elaborar relatório geral do concurso, que deverá ser entregue à autoridade fazendária 5 (cinco) dias após cada sorteio. (Redação acrescida pela Lei nº 13953/2021)

Art. 6º-F O regulamento do concurso deverá prever os casos de exclusão do sorteio, além das seguintes hipóteses:

I - Prefeito e o Vice-Prefeito;

II - Secretários Municipais e seus Diretores;

III - Membros da Comissão de Administração do concurso;

IV - Vereadores;

V - Presidente e Diretores de Autarquias, Empresas Públicas e Fundações Municipais (Redação acrescida pela Lei nº 13953/2021)

Art. 6º-G O ISS Premiado será regulamentado por DECRETO do Poder Executivo o qual estabelecerá todos os requisitos necessários para a participação no concurso, as modalidades de participantes, as datas dos sorteios, os quais serão públicos, além de outros elementos que se fizerem necessários. (Redação acrescida pela Lei nº 13953/2021)

CAPÍTULO IV DA SUJEIÇÃO PASSIVA

Seção I Do Contribuinte

Art. 7º Contribuinte do imposto é o prestador dos serviços constantes da lista de serviços anexa, ainda que não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Parágrafo único. Consideram-se também contribuintes a sociedade de fato, bem como o condomínio que exercer quaisquer das atividades elencadas na lista a que se refere o caput.

Seção II Do Responsável

Art. 8º ~~O ISSQN será retido e recolhido por todo o tomador ou intermediário dos serviços descritos nos incisos do artigo 11 desta Lei, ainda que isento ou imune, desde que o prestador não esteja estabelecido neste Município.~~

Art. 8º ~~O ISSQN será retido e recolhido por todo o tomador ou intermediário dos serviços descritos nos incisos do artigo 11 desta Lei, ainda que isento ou imune. (Redação dada pela Lei nº 9833/2008)~~

Art. 8º O ISSQN será retido e recolhido por todo o tomador ou intermediário dos serviços descritos nos incisos do artigo 11 desta Lei, estabelecidos ou sediados no Município de Ponta Grossa, ainda que isento ou imune. (Redação dada pela Lei nº 13.221/2018)

§ 1º Sem prejuízo do previsto no caput deste artigo são responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do ISSQN, pela prestação de quaisquer serviços constantes da lista anexa, quando prestados por contribuintes com estabelecimento ou domicílio no Município de Ponta Grossa, os seguintes tomadores:

I - os órgãos da Administração Direta da União, Estado e Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Ponta Grossa;

II - estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central;

III - incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil em relação a quaisquer serviços relacionados à obra;

IV - concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

V - indústrias;

VI - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

VII - as pessoas jurídicas e entidades que explorem loterias e quaisquer outras modalidades de jogos permitidos, inclusive apostas e bingos, quando tomadoras dos serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;

VIII - os proprietários ou arrendatários de mesas, aparelhos, equipamentos, máquinas de jogos ou similares, pelo imposto devido pelo prestador de serviços;

IX - tomadores dos serviços a que se refere os itens 11.02, 17.04 e 17.05 da lista anexa a esta Lei.

~~§ 2º A responsabilidade de que trata o §1º deste artigo não exclui a responsabilidade do contribuinte ao pagamento do imposto, exceto no caso de comprovação da retenção calculada mediante a aplicação da alíquota prevista sobre a base de cálculo estabelecida na legislação vigente.~~

~~§ 2º A responsabilidade de que trata este artigo não exclui a responsabilidade do contribuinte ao pagamento do imposto, exceto no caso de comprovação da retenção calculada mediante a aplicação da alíquota prevista sobre a base de cálculo estabelecida na legislação vigente. (Redação dada pela Lei nº 13.221/2018)~~

§ 2º A responsabilidade de que trata este artigo não exclui a responsabilidade do contribuinte ao pagamento do imposto, exceto no caso de comprovação da retenção e recolhimento junto ao Município, na forma da legislação vigente. (Redação dada pela Lei nº 14153/2021)

§ 3º A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada em documento fiscal emitido pelo prestador do serviço.

§ 4º Os contribuintes do ISS registrarão, no livro de registro de prestação de serviços ou nos demais controles de pagamento, os valores que lhe foram retidos na fonte pagadora, tendo por documento hábil o recibo a que se refere o artigo anterior.

~~§ 5º Ficam excluídos da retenção na fonte, a que se refere este artigo, os serviços prestados pelas sociedades civis que pagam valor fixo anual, os profissionais autônomos inscritos no município e as empresas cadastradas como microempresas na Coordenadoria do ISSQN do Município.~~

~~§ 5º Ficam excluídos da retenção na fonte, a que se refere este artigo, os serviços prestados pelas sociedades civis que pagam valor fixo anual e os profissionais autônomos inscritos no município. (Redação dada pela Lei nº 9833/2008)~~
(Revogado pela Lei nº 13.070/2018)

§ 6º Para fins de retenção do imposto incidente sobre os serviços com deduções da base de cálculo do imposto, o prestador de serviços deverá informar ao tomador o valor das deduções da base de cálculo do Imposto, em conformidade com a legislação, para fins de apuração da receita tributável.

§ 7º Caso as informações a que se refere o § 6º deste artigo, não sejam fornecidas pelo prestador de serviços, o imposto incidirá sobre o preço total do serviço.

§ 8º A retenção e o recolhimento previstos no caput deste artigo somente serão devidos se o valor do imposto for igual ou superior a 01 VR (um Valor de Referência).

§ 9º A responsabilidade de que trata este artigo não exclui a responsabilidade do tomador de serviços do item 7.02 da Lista de Serviços quando o prestador e o tomador forem de outro Município. (Redação acrescida pela Lei nº 13.221/2018)

§ 10 Ficam excluídos da retenção na fonte, a que se refere este artigo, os serviços prestados por profissional autônomo com inscrição municipal e pelas sociedades profissionais civis devidamente autorizadas pelo Município, que pagam valor de ISS-fixo anual, com emissão de nota fiscal eletrônica de serviços. (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

Art. 9º O tomador dos serviços a que se referem os incisos do artigo 11 desta Lei fornecerá ao prestador do serviço recibo de retenção na fonte do valor do imposto, ficando obrigado a efetuar o recolhimento nos bancos autorizados e enviar à Secretaria de Finanças as informações relativas às retenções, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à realização do fato gerador.

~~Parágrafo único. A falta da retenção do imposto, implica em responsabilidade do tomador pelo valor do imposto devido, além das penalidades previstas nesta lei.~~ (Revogado pela Lei nº 13.221/2018)

Seção III Da Responsabilidade Solidária

Art. 10 São solidariamente responsáveis em relação ao imposto os tomadores dos serviços constantes da lista anexa, não sujeitos a retenção, sejam eles pessoas jurídicas ou físicas, ainda que imunes ou isentas, nas seguintes hipóteses:

I - aceitarem, como comprovante do serviço prestado, documento outro que não a nota fiscal de prestação de serviços ou outro documento devidamente autorizado pela Secretaria de Finanças.

II - utilizarem de quaisquer dos serviços constantes da lista anexa, a esta Lei, sem exigir prova da respectiva inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISSQN;

CAPÍTULO V DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

~~**Art. 11** O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, do artigo 3º da Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, abaixo reproduzida, quando o imposto será devido no local:~~

Art. 11 O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, do artigo 3º da Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, abaixo reproduzida, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do artigo 1º desta Lei;

~~II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;~~

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04, da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 8764/2006)

~~III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;~~

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 12.401/2015)

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

~~XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;~~

~~XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14, da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 8764/2006)~~

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios; (Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)

~~XIII - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;~~

XIII - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15, da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 8764/2006)

~~XIV - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;~~

XIV - da limpeza e drenagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16, da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 8764/2006)

XV - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

~~XVI - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;~~

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)

XVII - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

~~XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;~~

~~XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01, da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 8764/2006)~~

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)

XX - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

~~XXI - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;~~

XXI - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo Subitem 17.09 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)

XXII - do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; (Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01; (Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09; (Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no território do Município de Ponta Grossa em que haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no território do Município de Ponta Grossa em que haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não. (Redação dada pela Lei nº 8764/2006)

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no território do Município de Ponta Grossa em que haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§ 4º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço. (Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)

§ 5º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este. (Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)

Art. 12 Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas, independentemente do cumprimento de formalidades legais ou regulamentares.

Parágrafo único. Indica a existência de estabelecimento prestador a conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II - presença de estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada por meio de elementos, tais como:

a) indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência;

b) locação de imóvel;

c) propaganda ou publicidade;

d) fornecimento de energia elétrica, água, esgoto, telecomunicações e assemelhados, em nome do prestador ou seu representante.

DO CÁLCULO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I
Base de Cálculo e Alíquota

Art. 13 A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Para efeitos do caput, considera-se preço do serviço a receita bruta mensal a ele correspondente, sem quaisquer deduções, exceto descontos e abatimentos incondicionais.

§ 2º Na ocorrência de prestações de serviço sem a determinação da base de cálculo, o preço dos serviços será arbitrado de acordo com valor médio cobrado dos usuários ou contratantes de serviços similares.

§ 3º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa, forem prestados no território do Município de Ponta Grossa, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes neste Município.

§ 4º Na prestação do serviço a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, o imposto é calculado sobre o preço relativo a parcela da extensão da rodovia explorada, ou da metade da extensão de ponte que una o Município de Ponta Grossa e o município limítrofe, quando for o caso.

§ 5º Não se incluem na base de cálculo do ISSQN:

~~I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.01, 7.02 7.05 e 14.04, da Lista dos serviços anexa a esta Lei; (Revogado pela Lei nº 9603/2008)~~

II - o valor das subempreitadas, formalmente contratadas e já tributadas pelo imposto;

~~III - na determinação da base de cálculo da contribuição para o ISSQN, as operadoras de planos de assistência à saúde poderão deduzir:-~~

~~a) co-responsabilidade cedidas;~~

~~b) a parcela das contraprestações pecuniárias destinadas à constituição de provisões técnicas;~~

~~c) o valor referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, efetivamente pagos, deduzindo das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades. (Revogado pela Lei nº 8764/2006)~~

~~IV - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos no subitem 14.04 da Lista dos Serviços anexa a esta Lei; (Redação acrescida pela Lei nº ~~10176~~/2009) (Revogado pela Lei nº 12.937/2017)~~

~~V - o valor inerente aos respectivos encargos sociais da folha de pagamento dos serviços descritos no item 17.05, da Lista dos Serviços anexa a esta Lei. (Redação acrescida pela Lei nº ~~10457~~/2011)~~

~~V - os valores inerentes à folha de pagamento e os seus respectivos encargos sociais, dos serviços descritos no item 17.05, da Lista dos Serviços anexa a esta lei. (Redação dada pela Lei nº ~~10586~~/2011) (Revogado pela Lei nº 12.937/2017)~~

~~VI - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos no subitem 7.02 e 7.05 da Lista dos Serviços anexa a esta Lei, devidamente comprovados com apresentação das notas fiscais de compra ou transferência dos mesmos para o local da obra fica limitado à dedução de até 40% do valor do contrato de empreitada global referente aos materiais aplicados quando não houver comprovação mediante apresentação das notas fiscais. (Redação acrescida pela Lei nº ~~12.401~~/2015)~~

~~VI - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos no subitem 7.02 e 7.05 da Lista dos Serviços anexa a esta Lei, devidamente comprovados com apresentação das notas fiscais de compra ou transferência dos mesmos para o local da obra. (Redação dada pela Lei nº ~~12.937~~/2017)~~

VI - O valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos no subitem 7.02 e 7.05 da Lista dos Serviços anexa a esta Lei, exclusivamente nos contratos de execução de obras de construção civil na modalidade de empreitada global, devidamente comprovados com apresentação das notas fiscais de compra ou transferência dos mesmos para o local da obra. (Redação dada pela Lei nº 14.243/2022)

~~VII - Relativamente ao disposto no inciso VI, do § 5º, deste artigo, fica limitado à dedução de até 40% do valor do contrato de empreitada global referente aos materiais aplicados quando não houver comprovação mediante apresentação das notas fiscais. (Redação acrescida pela Lei nº ~~12.937~~/2017)~~

VII - Relativamente ao disposto no inciso VI, do § 5º, deste artigo, fica limitado à dedução de até 40% do valor do contrato de execução de obras de construção civil na modalidade de empreitada global, referente aos materiais aplicados, quando não houver comprovação mediante apresentação das notas fiscais. (Redação dada pela Lei nº 14.243/2022)

§ 6º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho, e será recolhido em valores de referência, observado o seguinte:

§ 6º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do contribuinte, o imposto poderá ser calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho, e será recolhido em valores de referência, observado o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 11.131/2012)

I— grau de qualificação do profissional, ou seja:

- a) com graduação superior;
- b) com graduação técnica (ensino médio);
- c) outros;

II— periodicidade anual de lançamento: (Revogado pela Lei nº 13.070/2018)

§ 7º Considera-se a prestação de serviço pelo próprio contribuinte o simples fornecimento de trabalho por pessoa física em caráter pessoal, desde que não tenha, a seu serviço, empregados da mesma qualificação profissional: (Revogado pela Lei nº 13.070/2018)

§ 8º Sempre que os serviços forem prestados por sociedades de profissionais com a mesma habilitação, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 7º deste artigo, calculado em relação a cada profissional habilitado ou sócio, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável.

§ 8º Sempre que os serviços forem prestados por sociedades de profissionais com a mesma habilitação, estas poderão sujeitar-se, mediante requerimento, ao imposto na forma do § 6º deste artigo, calculado em relação a cada profissional habilitado ou sócio, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável. (Redação dada pela Lei nº 11.131/2012) (Revogado pela Lei nº 13.070/2018)

§ 9º Considera-se sociedade de profissionais, para fins do § 9º deste artigo, aquelas constituídas exclusivamente por pessoas físicas, habilitados para o exercício profissional, para a prestação exclusiva de serviços de:—

I— médicos, dentistas, veterinários;

II— enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos, protéticos;

II— enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos, protéticos e fisioterapeutas; (Redação dada pela Lei nº 9833/2008)

III— advogados;

IV— agente de propriedade industrial;

V— economistas;

VI— contadores, auditores, guarda-livros e técnicos de contabilidade;

VII— engenheiros, arquitetos, urbanistas e agrônomos;

VIII— farmacêutico-bioquímico (análises clínicas), biomédicos, biólogos (análises clínicas): (Revogado pela Lei nº 13.070/2018)

§ 9º-A Os escritórios de serviços contábeis, inscritos no Simples Nacional, independente da forma de sua constituição societária, recolherão o ISSQN em valor fixo, conforme disposto na Lei Complementar 123/2006. (Redação acrescida pela Lei nº 13.051/2018)

§ 10 O descumprimento dos requisitos previstos para enquadramento no sistema de pagamento por valores fixos implicará no cálculo do imposto sobre o preço do serviço prestado: (Revogado pela Lei nº 13.070/2018)

§ 11 O imposto a que se refere este artigo será calculado segundo critério de proporcionalidade mensal, considerado mês qualquer fração deste, a partir da inscrição no cadastro de contribuintes: (Revogado pela Lei nº 13.070/2018)

§ 12 Integra a base de cálculo do imposto o valor correspondente ao desconto ou abatimento concedido sob condições, como tal entendida a que subordinar a sua efetivação a eventos futuros ou incertos. (Revogado pela Lei nº 13.070/2018)

§ 13 O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais mera indicação para fins de controle e esclarecimento ao usuário do serviço.

§ 14 O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo.

§ 15 Para os efeitos de aplicação do inciso I do § 7º deste artigo, em se tratando de prestação de serviços por profissional de nível médio, devidamente comprovado, o valor do imposto devido constante da lista anexa a esta Lei, será equivalente a 50 % (cinquenta por cento) do valor estabelecido para os serviços prestados por profissional de nível superior. (Revogado pela Lei nº 13544/2019)

§ 16 Ao titular de serviços notariais e de registro, definido na Lei Federal nº 8.935/94 e aos escrivães e distribuidores judiciais, será dispensado tratamento idêntico ao prestador de serviço em caráter pessoal descrito nos §§ 6º e 7º deste artigo e adotado o regime especial de imposto fixo no valor equivalente a 100 VRs (cem Valores de Referência do Município) por ano. (Redação acrescida pela Lei nº 9833/2008)

§ 16 Ao titular de serviços notariais e de registro, definido na Lei Federal nº 8.935/94 e aos escrivães e distribuidores judiciais, será aplicado tratamento idêntico ao prestador de serviço e o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com alíquota prevista nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9984/2009)

§ 17 Na prestação de serviços descritos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a esta lei, as operadoras de planos de saúde médico e odontológicos, bem como, as cooperativas de serviços médicos e odontológicos que também explorem a venda de planos de saúde, poderão excluir da base de cálculo os valores efetivamente pagos a título de eventos indenizáveis. (Redação acrescida pela Lei nº 11057/2012)

I Consideram-se eventos indenizáveis o repasse de valores feitos pelas operadoras e/ou cooperativas de serviços médicos e odontológicos a terceiros, credenciados ou não, tais como hospitais, laboratórios, clínicas, médicos, dentistas e aos fornecedores de próteses e medicamentos, cujos valores tenham sido pagos pelas operadoras e/ou cooperativas. (Redação acrescida pela Lei nº 11057/2012)

II Também são eventos indenizáveis o repasse de valores relativos ao intercâmbio entre operadoras (planos de saúde) e cooperativas, e demais pagamentos realizados relacionados com o custo da saúde do beneficiário. (Redação acrescida pela Lei nº 11057/2012)

III A base de cálculo sobre a qual incidirá o ISS será a diferença entre a receita operacional bruta menos os valores pagos a título de eventos indenizáveis. (Redação acrescida pela Lei nº 11057/2012)

§ 17 - Nos casos em que o serviço seja prestado de forma continuada, o imposto será recolhido mensalmente com base no faturamento do mês de competência. (Redação dada pela Lei nº 11131/2012)

§ 18 Na prestação de serviços descritos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a esta lei, as operadoras de planos de saúde médico e odontológicos, bem como, as cooperativas de serviços médicos e odontológicos que também explorem a venda de planos de saúde, poderão excluir da base de cálculo os valores efetivamente pagos a título de eventos indenizáveis:

I Consideram-se eventos indenizáveis o repasse de valores feitos pelas operadoras e/ou cooperativas de serviços médicos e odontológicos a terceiros, credenciados ou não, tais como hospitais, laboratórios, clínicas, médicos, dentistas e aos fornecedores de próteses e medicamentos, cujos valores tenham sido pagos pelas operadoras e/ou cooperativas:

II Também são eventos indenizáveis o repasse de valores relativos ao intercâmbio entre operadoras (planos de saúde) e cooperativas, e demais pagamentos realizados relacionados com o custo da saúde do beneficiário.

III A base de cálculo sobre a qual incidirá o ISS será a diferença entre a receita operacional bruta menos os valores pagos a título de eventos indenizáveis. (Redação acrescida pela Lei nº 11332/2013) (Revogado pela Lei nº 12.937/2017)

§ 19 Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do contribuinte, seja por profissional autônomo com inscrição municipal ou sociedade profissional civil com enquadramento autorizado pelo Município o imposto poderá ser calculado por meio de alíquotas fixas, em função da receita bruta apresentado no exercício anterior ao lançamento do imposto, e será recolhido em valores de referência do município, observado o seguinte: (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

I Até R\$ 36.000,00 – 3 VR's; (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

II Entre R\$ 36.000,00 e R\$ 81.000,00 – 5 VR's; (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

III Entre R\$ 81.000,00 e R\$ 180.000,00 – 10 VR's; (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

IV Entre R\$ 180.000,00 e R\$ 360.000,00 – 20 VR's; (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

V Entre R\$ 360.000,00 e R\$ 720.000,00 – 30 VR's; (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

VI Entre R\$ 720.000,00 e R\$ 1.500.000,00 – 40 VR's; (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

VII Acima de R\$ 1.500.000,00 – 50 VR's. (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

§ 19 Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do contribuinte, seja por profissional autônomo com inscrição municipal ou sociedade profissional civil com enquadramento autorizado pelo Município o imposto será pago anualmente, calculado por meio de alíquota fixa, por contribuinte, de acordo com a qualificação profissional observando o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 14153/2021)

I - com graduação de ensino superior/ especialização/ mestrado/ doutorado - 12 VRs; (Redação dada pela Lei nº 14153/2021)

II - com graduação de ensino médio/técnico - 5 VRs; (Redação dada pela Lei nº 14153/2021)

III - outros não especificados nos incisos anteriores - 3VRs. (Redação dada pela Lei nº 14153/2021)

§ 20 Considera-se a prestação de serviço pelo próprio contribuinte o simples fornecimento de trabalho por pessoa física em caráter pessoal, desde que não tenha, a seu serviço, empregados da mesma qualificação profissional. (Redação

acrescida pela Lei nº 13544/2019)

§ 21 Sempre que os serviços forem prestados por sociedades civis de profissionais com a mesma habilitação, estas poderão sujeitar-se, ao recolhimento do imposto na forma do § 19 deste artigo, calculado em relação a cada sócio habilitado, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável, mediante solicitação de enquadramento protocolada a partir da edição da referida Lei, atendidos os requisitos:

I - profissional habilitado: aquele que satisfaz todos os requisitos necessários para o exercício da profissão, nos termos da legislação específica que regula a atividade profissional de:

- a) Médicos, Dentistas, Veterinários;
- b) Enfermeiros, Obstetras, Ortópticos, Fonoaudiólogos, Psicólogos, Protéticos e Fisioterapeutas;
- c) Advogados;
- d) Agente de Propriedade Industrial;
- e) Economistas;
- f) Contadores e Auditores;
- g) Técnicos de Contabilidade;
- h) Engenheiros, Arquitetos, Urbanistas e Agrônomos;
- i) Farmacêutico Bioquímico (análises clínicas), Biomédicos, Biólogos (análises clínicas);

II - exercício da mesma atividade: quando a atividade desenvolvida por todos os profissionais habilitados estiver enquadrada no mesmo item da lista anexa a esta Lei, devendo corresponder a um único código de serviço;

III - prestação de serviço de forma pessoal: quando todas as etapas da execução da atividade forem desempenhadas por um único profissional habilitado (sócio, empregado ou não), não se admitindo que:

- a) haja divisão ou distribuição de partes do serviço contratado entre os profissionais habilitados da sociedade;
- b) o gerenciamento, coordenação ou planejamento das tarefas que compõem a prestação do serviço sejam realizados por um profissional distinto daquele que efetivamente executa a atividade;
- c) haja repasse ou terceirização, assim entendido como a atribuição de parte ou de todo o serviço contratado a terceiros que não sejam integrantes do quadro de profissionais habilitados da sociedade;

IV - responsabilidade pessoal: a obrigação do profissional de assumir a autoria e prestar contas dos atos praticados no âmbito de sua atividade perante o respectivo órgão que regulamenta o exercício da profissão, bem como nas esferas civil e criminal pelas consequências de sua atuação; (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

§ 22 Não se enquadram no regime especial próprio das Sociedades Uniprofissionais, as sociedades cujos profissionais tenham diferentes habilitações ou exerçam atividades distintas ou:

I - não possam, sem auxílio de profissional de habilitação distinta da dos sócios, atingir seu objeto social;

II - conjuguem profissionais de diferentes habilitações, tais como Engenheiro Mecânico com Engenheiro Civil ou Agrônomo com Geólogo;

III - conjuguem diferentes atividades, tais como engenharia com serviços de acompanhamento e fiscalização de obras, contabilidade com perícia contábil ou contabilidade com auditoria;

IV - tenha mais de uma atividade profissional como objeto da prestação de serviço no contrato social;

V - adote o modelo de sociedade limitada, uma vez que neste tipo societário o sócio não assume responsabilidade pessoal, sendo sua responsabilidade limitada à participação no capital social;

VI - mesmo não adotando o modelo de sociedade limitada, tenha profissional que responda de forma limitada;

VII - tenha sócio cuja habilitação não alcance a totalidade do objeto social. (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

§ 23 Não poderão recolher o ISS de acordo com as regras da SUP (valor fixo por profissional) conforme disposto na Lei Complementar 123/2006, as pessoas jurídicas e sociedades profissionais optantes pelo Simples Nacional, exceto as Sociedades Profissionais de Contabilidade conforme previsto no § 9º-A deste artigo. (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

§ 24 O descumprimento dos requisitos previstos para enquadramento no sistema de pagamento por valores fixos implicará no cálculo do imposto sobre o preço do serviço prestado, retroativo a data de alteração que gerou o descumprimento

legal da norma.

Parágrafo único. Cabe ao Contribuinte comunicar, mediante protocolo, qualquer alteração promovida na sociedade, visando atualização cadastral e do regime de tributação em até 30 dias após a ocorrência do fato, ficando sujeito as penalidades da Lei, assim não o fazendo. (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

§ 25 O imposto a que se refere este artigo será calculado segundo critério de proporcionalidade mensal, considerado mês qualquer fração deste, a partir da inscrição no cadastro de contribuintes. (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

§ 26 Para os efeitos de aplicação do § 19 deste artigo, em se tratando de prestação de serviços por profissional autônomo com inscrição municipal ou sociedade profissional civil com enquadramento autorizado pelo Município é obrigatória a emissão da nota fiscal eletrônica (NFe) para todos os serviços prestados, bem como o atendimento das demais obrigações acessórias sob pena da perda do benefício do recolhimento do ISS-fixo. (Redação acrescida pela Lei nº 13544/2019)

§ 27 Os profissionais liberais abrangidos por esta lei, desde que inscritos no respectivo órgão de classe em até 02 anos da data do pedido de inscrição no município, e que, comprovadamente possua renda mensal inferior a 140 VRs, terão desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no § 19 deste artigo, no exercício de sua inscrição no cadastro de contribuintes. (Redação acrescida pela Lei nº 14153/2021)

§ 28 Quando o profissional autônomo possuir mais de uma qualificação profissional o recolhimento será calculado sempre sobre a maior qualificação. (Redação acrescida pela Lei nº 14153/2021)

Art. 13-A Os tabeliães e escrivães, notários e registradores deverão destacar em documento fiscal o imposto devido sobre as receitas dos serviços prestados.

Parágrafo Único. O valor do imposto destacado na forma do "caput" não integra o preço do serviço. (Redação acrescida pela Lei nº 10851/2011)

Art. 14 Na hipótese de prestação de serviços por pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, em mais de uma atividade prevista na lista anexa, o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com as diversas incidências e alíquotas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O contribuinte deverá manter escrituração que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado mediante aplicação da alíquota mais elevada.

Art. 15 O ISSQN incidente sobre o preço do serviço será calculado mediante a aplicação de alíquotas que variam de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento), ressalvados os serviços constantes nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista anexa a esta Lei.

Art. 15 O ISSQN incidente sobre o preço do serviço será calculado mediante a aplicação de alíquotas que variam de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento), ressalvados os serviços constantes nos subitens 7.02, e 7.05 da lista anexa a esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo regulamentar os critérios a serem adotados pelas autoridades administrativas para a apuração da base de cálculo do tributo em função da natureza e peculiaridade dos serviços tributáveis.

Art. 16 A Secretaria Municipal de Finanças lançará o valor do imposto, a partir de uma base de cálculo que será definida por arbitramento, sem prejuízo das multas aplicáveis, sempre que se verificar quaisquer das seguintes hipóteses:

- I - falta de apresentação dos documentos e livros necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, roubo, extravio ou inutilização;
- II - quando os documentos ou livros fiscais por inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não mereçam fé, ou impossibilitem os serviços de fiscalização;
- III - quando o sujeito passivo não prestar, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização ou prestar esclarecimentos insuficientes;
- IV - exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem estar inscrito no Cadastro de Contribuintes;
- V - fundada suspeita de subfaturamento ou contratação de serviços por valores significativamente abaixo dos preços de mercado;
- VI - flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume dos serviços prestados.

Parágrafo único: O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

Art. 17 Quando o imposto for calculado sobre a receita bruta arbitrada, poderá o Fisco, para fins de lançamento, sem prejuízo de outros critérios que possam aferir a realidade da receita tributável do sujeito passivo, considerar:

- I - os pagamentos de impostos devidos ao Fisco Federal, Estadual ou Municipal, efetuados pelo mesmo sujeito passivo em outros exercícios, ou por outros contribuintes da mesma atividade, em condições semelhantes;
- II - peculiaridades inerentes à atividade exercida;
- III - fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;
- IV - preço médio corrente de mercado dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração, a ser aferido mediante comparação com os preços oferecidos por outros prestadores de serviço de atividade similar;
- V - o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
- VI - folha de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
- VII - aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou quando se tratar de prédio próprio, 1% (um por cento) do valor do imóvel computado a cada mês ou fração;
- VIII - despesas com o fornecimento de água, telefone e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

Parágrafo único. Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

Art. 18 O valor do imposto poderá ser fixado pela autoridade fiscal a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

- I - quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
- III - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades autorizem, a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal específico.
- IV - quando o contribuinte for profissional autônomo.

V - quando se tratar de pedido de Habite-se sem a comprovação de que a obra de construção foi realizada por prestador inscrito no CNPJ; (Redação acrescida pela Lei nº 12.992/2017)

§ 1º considera-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente, não podendo o contribuinte iniciar suas atividades sem efetuar o pagamento do tributo, sob pena de interdição do local, independentemente de qualquer formalidade.

§ 3º Para a fixação da base de cálculo estimada, a autoridade competente levará em consideração, conforme o caso:

- I - o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
- II - o preço corrente e de mercado dos serviços;
- III - o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, devendo-se observar como parâmetro outros contribuintes de idêntica atividade;
- IV - a localização do estabelecimento;
- V - as informações do contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidade de classe diretamente vinculadas à atividade;

VI - o valor dos materiais de uso e consumo empregados na prestação de serviços e outras despesas, tais como salários e encargos, aluguéis, instalações, energia e assemelhados.

VII - No caso de pedido de Habite-se sem a comprovação de que a obra de construção foi realizada por prestador inscrito no CNPJ a base de cálculo será definida a partir da multiplicação da metragem da obra pelo Valor do Custo Unitário Básico de Construção (CUB-PR) constante na tabela correspondente do Sindicato da Construção Civil do Estado do Paraná - SINDUSCON-PR; (Redação acrescida pela Lei nº 12.992/2017)

VIII - Para o cálculo a que se refere o inciso anterior, deverá ser considerado o padrão da obra e o tipo de projeto, conforme dados constantes na própria tabela, utilizando-se para a multiplicação o valor constante na coluna "Mão de Obra + Encargos Sociais (M.O. + E.S.), aplicando-se sobre o resultado a alíquota correspondente ao item da Lista de Serviços. (Redação acrescida pela Lei nº 12.992/2017)

§ 4º Os valores fixados por estimativa constituirão lançamento definitivo do imposto, ressalvado o que dispõe o parágrafo subsequente.

§ 5º A Fazenda Pública poderá, a qualquer tempo:

- a) rever os valores estimados, mesmo no curso do período considerado;
- b) cancelar a aplicação do regime, de forma geral, parcial ou individual.

§ 6º O despacho da autoridade que modificar ou cancelar, de ofício, o regime de estimativa, produzirá efeitos a partir da data em que for dada ciência ao contribuinte, relativamente às operações ocorridas após o referido despacho, salvo a constatação de dolo, fraude ou simulação por parte deste, quando da apresentação ao Fisco, dos documentos e informações que consubstanciaram a adoção do referido regime.

§ 7º Na forma estabelecida pela legislação tributária, poderá o contribuinte opor-se à estimativa mediante impugnação dirigida à autoridade administrativa competente, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação do lançamento, instruindo o pedido com os documentos comprobatórios considerados necessários à comprovação da irregularidade.

Art. 19 O valor estimado será sempre fixado para período determinado e servirá como limite mínimo de tributação, sem prejuízo do disposto no artigo 21 desta Lei.

Art. 20 Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, conforme dispuser o regulamento.

Art. 21 Findo o exercício ou o período a que se refere a estimativa ou, ainda, suspensa a aplicação deste regime, deverá o contribuinte apurar as receitas da prestação de serviços e o montante do imposto efetivamente devido.

§ 1º Qualquer diferença apurada em favor do Município deverá ser recolhida pelo contribuinte na forma e prazos estabelecidos pela Secretaria de Finanças.

§ 2º A diferença entre o montante estimado e o apurado, quanto favorável ao contribuinte, será:

- a) compensado nos valores estimados para o período seguinte, desde que tenha o contribuinte quitado integralmente o imposto estimado e atendido às demais exigências regulamentares;
- b) restituída, mediante requerimento, nos demais casos.

Art. 22 As pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas por regimes de imunidade ou isenção tributária, sujeitam-se às obrigações previstas neste Capítulo, sob pena de suspensão ou perda do benefício.

Seção II Da Atualização Monetária

Art. 23 O crédito tributário, inclusive decorrente de multa, pago fora do prazo legal ou regulamentar, fica sujeito a atualização monetária, salvo no caso de depósito do montante integral, na forma da lei.

§ 1º Para os fins deste artigo será utilizado o menor índice apurado, entre o IPCA-IBGE ou IGPM ou outro índice que preserve, de forma adequada, o valor real do crédito, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

§ 2º Quando não for possível precisar a data do fato gerador, adotar-se-á, para cálculo da atualização monetária, a média aritmética dos índices do período verificado.

§ 3º Nos casos de parcelamento, a atualização monetária será calculada até a data da celebração do respectivo termo e, a partir desta, até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 4º Para a determinação do valor do imposto a ser exigido em auto de infração, os valores originais deverão ser atualizados, nos termos desta Lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto, e desta até a do efetivo pagamento.

§ 5º Em se tratando de pagamento a título de atualização monetária, juros ou multa de mora, com insuficiência, o respectivo valor será atualizado a partir do dia do pagamento.

Seção III Dos Juros e Multa de Mora

Art. 24 O crédito tributário, inclusive decorrente de multa, atualizado monetariamente, será acrescido de juro de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, devido a partir do mês seguinte ao do vencimento e multa de mora diária de 0,33% (trinta e três centésimos percentuais), calculada a partir do dia seguinte ao do vencimento, limitada a 10% (dez por cento).

§ 1º No caso de parcelamento, os juros serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova aplicação até o efetivo pagamento das parcelas.

§ 2º Não sendo possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á, para cálculos dos juros de mora a média do período verificado.

CAPÍTULO VII DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 25 O crédito tributário extingue-se pelo pagamento ou por qualquer das demais modalidades previstas no Código Tributário Nacional, nas formas, locais, prazos, condições e sob as garantias a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 1º O crédito tributário poderá, mediante autorização do Poder Executivo ser liquidado:

I - por compensação, com créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal;

II - por dação em pagamento, de bens livres de quaisquer ônus.

§ 2º A liquidação dar-se-á nas condições e garantias a serem estabelecidas em cada caso.

§ 3º O pagamento em repartição fazendária será feito em moeda nacional ou cheque administrativo.

§ 4º O pagamento será efetivado:

I - por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, de acordo com modelo, forma e prazos estabelecidos na legislação tributária;

II - por meio de notificação de lançamento emitida pela administração fazendária;

III - por guia específica, quando retido, sob a inscrição de quem efetuar a retenção.

~~§ 5º Os profissionais e sociedades sujeitos a pagamento por valor fixo deverão recolher o imposto, anualmente, em até seis parcelas mensais consecutivas, desde que cada uma delas tenha o valor de no mínimo um valor de referência (VR), na forma, local e prazos estabelecidos na legislação tributária. (Revogado pela Lei nº 13.070/2018)~~

§ 6º A repartição arrecadadora declarará, na guia, a importância recolhida, fará a necessária autenticação e devolverá uma das vias ao sujeito passivo, para que a conserve em seu estabelecimento, pelo prazo regulamentar.

§ 7º Os prazos de pagamento são contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 8º Os prazos previstos nesta Lei só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição onde deva ser realizado o pagamento ou praticado o ato.

§ 9º Consideram-se estabelecimentos distintos, para efeito de cobrança do imposto:

I - aqueles que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - aqueles que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, operem em locais diversos.

§ 10 Não são considerados estabelecimentos distintos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

§ 11 Os créditos tributários vencidos relativos ao ISSQN poderão ser pagos em até 48 (quarenta e oito) parcelas conforme critérios fixados pela Secretaria Municipal de Finanças, e atendendo às seguintes condições:

I - o pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório;

II - tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito;

III - em se tratando da fiança, para os efeitos deste parágrafo fica excluído o benefício de ordem.

CAPÍTULO VIII DA RESTITUIÇÃO E DA COMPENSAÇÃO

Art. 26 Os valores recolhidos indevidamente aos cofres públicos municipais serão objeto de restituição desde que o sujeito passivo instrua requerimento com provas de que o respectivo valor não foi transferido e recebido de terceiros.

§ 1º O terceiro que fizer prova de que assumiu o ônus financeiro decorrente da tributação sub-roga-se no direito à restituição.

§ 2º A restituição também será deferida ao sujeito passivo se juntar ao requerimento documento subscrito pelo terceiro que especifique de forma inequívoca a prestação realizada e o autorize a receber a quantia paga indevidamente.

§ 3º A autoridade fazendária que julgar o pedido de repetição poderá autorizá-la na forma de crédito a ser deduzido dos valores devidos, seja qual for o regime de tributação do requerido.

§ 4º O direito à restituição de quantias pagas indevidamente não é extensivo às multas de natureza formal não prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Art. 26 A - O sujeito passivo que, em relação ao ISSQN, apurar crédito relativo a valores pagos a maior ou indevidamente, inclusive os judiciais com trânsito em julgado passível de restituição ou de ressarcimento, poderá, por sua própria iniciativa, utilizá-lo na compensação de débitos de ISSQN administrados pelo fisco municipal.

Art. 26 A - O sujeito passivo que, em relação ao ISSQN, apurar crédito relativo a valores pagos a maior ou indevidamente, inclusive os judiciais com trânsito em julgado passível de restituição ou de ressarcimento, poderá, mediante requerimento, utilizá-lo na compensação de débitos de ISSQN administrados pelo fisco municipal. (Redação dada pela Lei nº 8764/2006)

Art. 26 A - O sujeito passivo que, em relação ao ISSQN, apurar crédito relativo a valores pagos a maior ou indevidamente, inclusive os judiciais com trânsito em julgado passível de restituição ou de ressarcimento, poderá, mediante requerimento, utilizá-lo na compensação de débitos de ISSQN administrados pelo fisco municipal. (Redação dada pela Lei nº 9833/2008)

Parágrafo Único. A compensação declarada ao fisco municipal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

CAPÍTULO IX DO LANÇAMENTO

Art. 27 O lançamento é considerado:

I - de ofício quando efetuado por iniciativa da autoridade administrativa, nos casos em que o tributo deixe de ser recolhido pelo sujeito passivo, na forma e prazos estabelecidos na legislação tributária.

II - por homologação, quando deva o sujeito passivo antecipar o pagamento do tributo devido, sem prévio exame da autoridade administrativa.

Parágrafo único. O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos deste artigo, extingue o crédito tributário sob condição resolutória de posterior homologação.

CAPÍTULO X CADASTRO DE CONTRIBUINTES

Art. 28 O Cadastro de Contribuintes será formado pelos dados de inscrição e respectivas alterações promovidas pelo sujeito passivo, além dos elementos obtidos pela fiscalização.

Art. 29 O sujeito passivo será identificado, para efeitos fiscais, pelo respectivo número de inscrição no Cadastro de Contribuintes, o qual deverá ser mencionado em todos os documentos fiscais relativos às prestações de serviços.

Art. 30 A inscrição deverá ser promovida pelo contribuinte, na forma e prazos regulamentares, com os dados necessários à sua perfeita identificação e localização e à caracterização dos serviços prestados ou atividades exercidas.

§ 1º O contribuinte deverá promover tantas inscrições quantos forem os seus estabelecimentos ou locais de atividades, exceto no caso de prestação de serviços sem a existência de estabelecimento fixo.

§ 2º O contribuinte deve indicar, no formulário de inscrição, as diversas atividades exercidas no mesmo local.

Art. 31 Deverá o contribuinte, na forma e prazos regulamentares, providenciar as devidas alterações cadastrais sempre que ocorram fatos ou circunstâncias que impliquem em modificação da sua identificação e localização do contribuinte ou das características de suas atividades.

Parágrafo único. O disposto neste artigo deverá ser observado, inclusive, quando se tratar de venda, paralisação ou encerramento de atividades.

Art. 32 A inscrição deverá ser requerida antes do início das atividades e o cancelamento de inscrição, bem como as comunicações relativas a quaisquer alterações cadastrais deverão ser providenciadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados de cada evento, como dispuser a legislação tributária.

Art. 33 É facultado à administração tributária promover, de ofício, inscrição, alterações cadastrais, ou cancelamento de inscrição dos contribuintes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO XI

~~DO REGIME TRIBUTÁRIO DA MICROEMPRESA (Capítulo XI, revogado pela Lei nº 9603/2008)~~

~~**Art. 34** Relativamente ao ISENTIVO as microempresas estão submetidas a tratamento tributário diferenciado, regendo-se pelo disposto neste Capítulo. (Revogado pela Lei nº 9603/2008)~~

~~**Art. 35** Para os fins do disposto neste Capítulo, considera-se microempresa, o contribuinte que tiver receita bruta anual até 6200 (seis mil e duzentos) valores de referência (VR's).~~

~~§ 1º Para efeito da apuração da receita bruta anual:~~

I – será considerado o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior;

II – terá seu limite calculado proporcionalmente ao número de meses de efetiva atividade quando:

- a) o início das operações ocorrer após o mês de janeiro;
- b) o seu encerramento ocorrer antes do mês de dezembro;
- c) suas atividades forem suspensas por um ou mais meses do ano civil.

§ 2º A microempresa que possuir mais de um estabelecimento no Município, deverá efetuar a apuração e o recolhimento do imposto, quando devido, de forma centralizada.

§ 3º Em se tratando de microempresa com filial ou matriz em outro Município a receita bruta destas não serão computadas para o cálculo da receita bruta.

§ 4º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o valor total do faturamento, seja decorrente de prestação de serviços ou de venda de mercadorias promovidas pelo contribuinte, excluídos apenas os valores correspondentes aos descontos incondicionais concedidos. (Revogado pela Lei nº 9603/2008)

Art. 35 O enquadramento no regime de microempresa será procedido mediante opção expressa do contribuinte, que informará também os tributos de competência da União e dos Estados a que estiver sujeito.

Parágrafo único. Será vedada a opção pelo regime de microempresa ao contribuinte em situação fiscal irregular perante a Secretaria de Finanças Municipal, ressalvados os casos de exigibilidade suspensa. (Revogado pela Lei nº 9603/2008)

Art. 37 Será excluído do regime de microempresa o contribuinte:

I – que ultrapasse o limite de 6200 (seis mil e duzentos) valores de referência (VR's), garantida a permanência no regime pelo prazo de dois anos consecutivos ou três anos alternados a contar da data do enquadramento, ressalvados os casos de descumprimento de obrigações estabelecidas neste Capítulo;

II – incluído com fundamento em informações irreais;

III – que omitir ou ocultar operações ou prestações relacionadas com sua atividade;

IV – que optar pelo regime normal de tributação;

V – que deixar de cumprir as demais obrigações estabelecidas para o referido regime.

§ 1º A empresa excluída passará ao regime normal de apuração e pagamento do imposto, a partir do mês seguinte ao da ocorrência do evento que determinou a exclusão.

§ 2º A exclusão do regime de microempresa perdurará:

I – até o cumprimento da obrigação que determinou sua exclusão;

II – por um prazo de um ano a partir da exclusão nas hipóteses de desenquadramento por ultrapassar o limite referido no artigo 36, condicionando o retorno ao regime tributário de microempresa à manutenção do limite de receita bruta anual equivalente a 6200 (seis mil e duzentos) valores de referência (VR's) no período da exclusão. (Revogado pela Lei nº 9603/2008)

Art. 39 Fica isenta do pagamento do ISSQN, a microempresa que auferir receita bruta anual de serviços até o limite de 3.000 (três mil) valores de referência (VRs).

Parágrafo único. Para a microempresa com receita bruta anual de serviços superior a 3.000 (três mil) (VRs), será devido o imposto mensalmente calculado da forma seguinte:

I – até o limite de 6.200 (seis mil e duzentos) (VRs), dois valores de referência (VRs);

II—acima de 6.200 (seis mil e duzentos) (VRs); dois valores de referência (VRs); acrescido do valor resultante da alíquota prevista para a respectiva atividade, sobre o valor que exceder a este limite: (Revogado pela Lei nº 9603/2008)

Art. 39—Não poderá optar pelo regime da microempresa, a empresa:

- I—constituída sob a forma de sociedade por ações;
- II—em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou ainda pessoa física domiciliada no exterior;
- III—que participe do capital de outra pessoa jurídica, exceto no caso de investimentos provenientes de incentivos fiscais;
- IV—cujo titular ou sócios, participem com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra pessoa jurídica, salvo se a receita bruta global das empresas não ultrapassar os limites estabelecidos para artigo 36 desta lei;
- V—conceituada como instituição financeira;
- VI—enquadrada no regime do art. 13, § 9º desta Lei;
- VII—prestar serviços de:
 - a) construção civil; obras hidráulicas e de engenharia consultiva;
 - b) agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada e de títulos quaisquer;
 - c) armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie;
 - d) propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos e demais materiais publicitários;
 - e) administração de bens imóveis;
 - f) guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres;
 - g) compra e venda, loteamento, incorporação, locação e administração de imóveis: (Revogado pela Lei nº 9603/2008)

Art. 40—O contribuinte que a qualquer tempo, deixar de preencher os requisitos estabelecidos para o enquadramento no regime das microempresas, fica obrigado:

- I—a comunicar à repartição fazendária, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do fato determinante do desenquadramento;
- II—ao recolhimento integral, no prazo regulamentar, do imposto incidente sobre os fatos geradores ocorridos após o fato ou situação que houver motivado o desenquadramento.

Parágrafo único.—O disposto neste artigo aplica-se ao contribuinte:

- I—que infringir quaisquer das situações do artigo 38;
- II—cuja receita efetiva do primeiro ano de atividade vier a ultrapassar os limites previstos e calculados na forma do artigo 36; (Revogado pela Lei nº 9603/2008)

Art. 41—O contribuinte optante pelo regime de microempresa deverá cumprir as seguintes obrigações acessórias:

- I—inscrever-se no cadastro municipal específico;
- II—apresentar declarações e informações solicitadas pela administração tributária;
- III—emitir notas fiscais relativas às suas operações e prestações;
- IV—fazer constar nos documentos fiscais emitidos, ainda que por meio de carimbo, o seu regime tributário relativo ao ISSQN: (Revogado pela Lei nº 9603/2008)

Art. 42 ~~O contribuinte enquadrado no regime de microempresa deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça a respeito de seu enquadramento tributário, com o respectivo número de inscrição cadastral. (Revogado pela Lei nº 9603/2008)~~

Art. 43 ~~As infrações aos dispositivos deste Capítulo ou outras disposições da legislação tributária municipal sujeitam as microempresas às multas constantes do Capítulo XIII desta Lei, no que couber.~~

~~Parágrafo único. O titular ou sócio responderá solidariamente pela aplicação deste artigo, ficando ainda impedido de optar pelo regime de microempresa, em qualquer outra empresa com domicílio neste Município. (Revogado pela Lei nº 9603/2008)~~

Art. 44 ~~Aplica-se às microempresas, no que couber, as demais disposições da legislação tributária municipal.~~

~~Parágrafo Único. O atraso na entrega da DFA não será motivo de desenquadramento do regime de microempresa previsto neste capítulo, ficando esta infração sujeita à multa conforme dispõe o art. 47, parágrafo único, inciso V, alínea "n". (Revogado pela Lei nº 9603/2008)~~

CAPÍTULO XII DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 45 Aqueles que procurarem espontaneamente a repartição fazendária para denunciar a infração, terão excluída a responsabilidade pela infração cometida,

§ 1º Caracteriza denuncia espontânea a iniciativa do sujeito passivo, no sentido de regularizar sua situação fiscal, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.

§ 2º Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao imediato pagamento do tributo monetariamente atualizado, acrescido dos juros de mora devidos.

CAPÍTULO XIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 46 Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável, intermediário de negócios, ou terceiro, das normas estabelecidas na legislação tributária, relativas ao ISSQN.

§ 1º Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2º A responsabilidade por infrações à legislação tributária relativa ao ISSQN independe da intenção do infrator e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 47 Os infratores à legislação tributária relativa ao ISSQN ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo;

§ 1º - Ficam sujeitos às seguintes multas os que cometerem as infrações descritas nos respectivos incisos: [\(Renumerado pela Lei nº 8260/2005\)](#)

I - multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte ou responsável que deixar de recolher aos cofres públicos municipais, no prazo previsto na legislação tributária, total ou parcialmente, o imposto a recolher por eles declarados nos documentos fiscais, exigidos pela legislação tributária.

II - multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, quando sujeito a recolhimento em valores de referência.

III - multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido, quando o contribuinte ou responsável deixar de pagar o imposto em razão das seguintes ocorrências:

- a) qualquer entrada de numerário de origem não comprovada;
- b) a escrituração de suprimentos sem documentação hábil, idônea ou coincidente, em datas e valores, com as importâncias entregues pelo supridor, devendo, ainda, ser comprovada a disponibilidade financeira deste;
- c) a ocorrência de saldo credor nas contas do ativo circulante ou do realizável;
- d) a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;
- e) qualquer irregularidade verificada em máquina registradora ou equipamento de autenticação similar utilizada pelo contribuinte, ressalvada a hipótese de defeito mecânico, devidamente comprovado por oficina de conserto;
- f) a emissão, adulteração ou utilização de documento fiscal falso, bem como a consignação em documento fiscal de declaração falsa quanto ao estabelecimento ou domicílio do tomador dos serviços e ao local da prestação do serviço;
- g) a emissão de documento fiscal consignando preço inferior ao valor real da prestação;
- h) a prestação do serviço sem a correspondente emissão de documento fiscal e sem o respectivo lançamento na escrita fiscal ou contábil;
- i) a utilização de documentos fiscais de contribuintes que tenham encerrado suas atividades;
- j) deixar de fornecer nota fiscal ou documento equivalente, instituído pela legislação tributária, relativo à prestação de serviço efetivamente realizada, ou fornecer em desacordo com a legislação;
- k) a escrituração de operações tributáveis como isentas, imunes, ou não tributáveis;

IV - multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor do imposto a recolher, bem como nos casos de simulação, dolo, fraude ou conluio, não elidindo a respectiva responsabilidade criminal;

V - multa conforme previsto abaixo, ao sujeito passivo que:

- a) preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível: 15 (quinze) valores de referência (VR's);
- b) substituir as vias dos documentos fiscais, em relação às suas respectivas destinações: 10 (dez) valores de referência (VR's);
- c) embarçar, dificultar, impedir ou sonegar, por qualquer meio ou forma, a exibição de livros, documentos, declarações de dados, programas e arquivos magnéticos ou eletrônicos, armazenados por qualquer meio, que se relacionem à identificação ou caracterização de fato gerador ou base de cálculo dos tributos municipais, após regularmente notificado: 30 (trinta) valores de referência (VR's);
- d) iniciar atividades sem inscrição no Cadastro de Contribuintes : 10 (dez) valores de referência (VR's);
- e) não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as notas fiscais ou outros documentos fiscais exigidos pela fiscalização, oriundos do movimento das receitas dos serviços prestados, bem como, as notas fiscais ou outros documentos exigidos pelo Fisco, correspondentes aos serviços tomados ou intermediados de terceiros: 10 (dez) valores de referência (VR's);
- f) não apresentar ou não manter em boa guarda, pelo período legal, na forma prevista na legislação, ou utilizar, de forma indevida, livros e documentos fiscais: 20 (vinte) valores de referência (VR's);
- g) fornecer informações inverídicas ao se inscrever como contribuinte ou ao requerer alteração cadastral: 30 (trinta) valores de referência (VR's);
- h) não comunicar à repartição fazendária as alterações do seu quadro societário, endereço, razão social e outras, bem como deixar de entregar à repartição fazendária, para inutilização, as notas fiscais ou outros documentos fiscais não utilizados, quando da solicitação de baixa ou paralisação da atividade: 10 (dez) valores de referência (VR's);
- i) omitir ou indicar incorretamente informações ou dados necessários ao controle do pagamento do imposto, sejam em formulários próprios, guias ou resposta a intimação: 10 (dez) valores de referência (VR's);
- j) utilizar documentos fiscais sem a correspondente autorização: 30 (trinta) valores de referência (VR's);
- k) imprimir, para si ou para terceiros, documentos fiscais sem a correspondente autorização para impressão: 60 (sessenta) valores de referência (VR's);
- l) viciar ou falsificar documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais para evitar o pagamento do tributo: 40 (quarenta) valores de referência (VR's);
- m) instruir pedidos de isenção ou redução de impostos com documentos falsos ou que contenham falsidade : 40 (quarenta) quarenta (VR's);
- n) deixar de cumprir qualquer outra obrigação formal ou acessória estabelecida na legislação tributária: 10 (dez) valores de referência (VR's).
- ~~o) deixar de apresentar a declaração mensal de serviços prestados ou tomados no prazo estabelecido: 30 (trinta) valores de referência (VR's); (Redação acrescida pela Lei nº 11131/2012)~~
- o) deixar de apresentar a declaração mensal de serviços prestados ou tomados no prazo estabelecido: 10 (dez) valores de referência (VR's). (Redação dada pela Lei nº 12.401/2015)**
- p) apresentarem a declaração mensal de serviços com dados incorretos ou com omissão de informações, desde que não regularizada no prazo estipulado em notificação emitida por autoridade administrativa competente: 30 (trinta) valores de referência (VR's). (Redação acrescida pela Lei nº 11131/2012)**

§ 2º - Os créditos tributários oriundos de autuações do ISSQN, cujos devedores soneguem o tributo mediante estabelecimento que tenha funcionado sem alvará de localização, serão acrescidos de multa equivalente a cinco vezes o montante apurado, com inscrição em Dívida Ativa. (Redação acrescida pela Lei nº 8260/2005)

Art. 48 A reincidência em infração da mesma natureza será punida com a multa prevista para cada caso, acrescida de 20% (vinte por cento) a cada nova reincidência.

Parágrafo único: Para os fins deste artigo, considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo, depois de decisão condenatória administrativa transitada em julgado nos últimos 02 (dois) anos.

Art. 49 São aplicáveis aos contribuintes e responsáveis sujeito ao regime de estimativa, arbitramento, bem como as microempresas as normas constantes desta Lei, relativas a infrações e penalidades, no que couber.

Art. 50 O prazo para pagamento das multas previstas neste Capítulo será:

I - O dia seguinte ao do vencimento do imposto declarado pelo sujeito passivo;

II - 30 (trinta) dias contados da data da intimação do auto de infração, nas demais hipótese.

§ 1º No concurso de penalidades aplica-se a maior.

§ 2º As infrações das penalidades cabíveis, exceto as decorrentes de falta de pagamento de imposto declarado pelo sujeito passivo, serão objeto de processo administrativo fiscal de instrução contraditória na forma do capítulo XIII.

Art. 51 A multa prevista no inciso I do parágrafo único do artigo 48 desta Lei será reduzida em 50% (cinquenta por cento), quando recolhida no prazo fixado para pagamento.

Parágrafo Único: As demais multas previstas no artigo 48 desta Lei, propostas em auto de infração, serão reduzidas:

I - em 75% (setenta e cinco por cento) quando pagas até o décimo quinto dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias devidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento;

II - em 50% (cinquenta por cento) quando pagas, do décimo sexto ao trigésimo dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento.

CAPÍTULO XIV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 52 ~~A apuração das infrações à legislação tributária municipal e a aplicação das respectivas penalidades dar-se-ão através de processo administrativo fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas, obedecendo, em primeira instância, o seguinte:~~

Art. 52 A apuração das infrações à legislação tributária municipal e a aplicação das respectivas penalidades dar-se-ão através de processo administrativo fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas. (Redação dada pela Lei nº 9833/2008)

Art. 53 O procedimento fiscal poderá ser motivado:

I - pela representação, lavrada por funcionário fiscal da repartição fazendária que, em serviço interno, verificar a existência de infração à legislação tributária, a qual conterá as características intrínsecas do auto de infração, excetuando-se a obrigatoriedade da intimação do sujeito passivo;

II - pela denúncia, que poderá ser :

- escrita, devendo conter a identificação do denunciante e a qualificação do denunciado, se conhecida, e relatar, inequivocamente, os fatos que constituem a infração;
- verbal, devendo ser reduzida a termo, devidamente assinado pela parte denunciante, na repartição fazendária competente, contendo os elementos exigidos no item anterior;

Parágrafo Único. O mandado de procedimento fiscal deverá obrigatoriamente ser assinado pelo Secretário Municipal de Finanças, sob pena de nulidade.

Seção II
Do Início do Procedimento Fiscal

Art. 54 Considera-se iniciado o procedimento fiscal:

- I - por termo de início de fiscalização, cientificado o sujeito passivo, seu representante ou preposto;
- II - por ato de apreensão de bens ou retenção de documentos ou livros comerciais e fiscais;
- III - por qualquer outro ato escrito, praticado por servidor competente, no exercício de atividade funcional, desde que cientificado ao sujeito passivo, seu representante ou preposto.

Parágrafo Único. A contagem de prazo far-se-á na data da ciência do sujeito passivo. (Redação acrescida pela Lei nº 11131/2012)

Seção III
Do Auto de Infração

Art. 55 A exigência do crédito tributário será formalizada mediante lavratura de auto de infração, por funcionário competente, no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária, observando-se o seguinte :

- I - o auto de infração não deverá conter rasuras, entrelinhas ou emendas e nele descrever-se-á, de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo ainda dele constar:
 - a) o local, data e hora da lavratura;
 - b) a qualificação do autuado;
 - b) os dispositivos legais infringidos e a penalidade respectiva;
 - c) o valor do crédito tributário relativo ao ISSQN, quando devido, demonstrado em relação a cada período considerado;
 - d) a assinatura do sujeito passivo, seu representante legal ou preposto, sendo que a assinatura não importa em confissão, nem sua falta ou recusa em nulidade do auto de infração ou em agravamento da penalidade;
 - e) a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugna-la no prazo de 30 (trinta) dias;
 - f) a assinatura do autuante e sua identificação funcional.
- II - as eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o infrator;
- III - a Secretaria das Finanças manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos administrativos fiscais.

Seção IV
Da Apreensão

Art. 56 Cabe a apreensão de bens, livros e documentos fiscais e arquivos, inclusive magnéticos ou eletrônicos, como prova material da infração, mediante termo que constará do processo.

Parágrafo único. Os bens e documentos fiscais apreendidos permanecerão em custódia do administrador tributário competente que poderá libera-los após a satisfação das exigências determinantes da apreensão.

Seção V Da Intimação

Art. 57. A intimação para que o autuado integre a instância administrativa, bem como da decisão de que trata o artigo 64 desta Lei, far-se-á :

I - pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante ou preposto, de cópia do auto de infração, dos levantamentos e de outros documentos que lhe deram origem, ou da decisão, respectivamente, exigindo-se recibo datado e assinado na via original ou, alternativamente, por via postal, com prova de recebimento;

II - por publicação única, em jornal de publicação oficial do Município de Ponta Grossa, quando resultar ineficaz a alternativa adotada, de acordo com o disposto no inciso anterior.

III - considera-se feita a intimação:

- a) na data da ciência do intimado;
- b) na data do recebimento, por via postal ou, se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal;
- c) trinta dias da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

Seção VI Da Reclamação

Art. 58. ~~Reclamação é a defesa apresentada pelo autuado, em cada processo, no prazo de trinta dias, a contar da data em que se considera feita a intimação, observando-se que:-~~

Art. 58. Reclamação é a defesa apresentada pelo autuado, em cada processo, no prazo de trinta dias, a contar do primeiro dia útil subsequente à intimação, observando-se que: (Redação dada pela Lei nº 14153/2021)

I - será protocolizada na repartição por onde ocorrer o trâmite do processo e nela o autuado aduzirá todas razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver;

II - sua apresentação, ou na sua falta, o término do prazo para reclamação, instaura a fase litigiosa do procedimento;

III - apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação.

Seção VII Da Contestação

Art. 59. Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em quarenta e oito horas, ao autor do procedimento, seu substituto ou funcionário designado, para se manifestar, no prazo de trinta dias, sobre as razões oferecidas pelo autuado.

Seção VIII Das Diligências

Art. 60 A autoridade administrativa responsável, a requerimento do reclamante, ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentos ou informações que forem consideradas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo;

Seção IX
Do Parecer

Art. 61 Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até quinze dias do recebimento, com parecer circunstanciado sobre a matéria discutida.

Seção X
Da Revisão do Auto de Infração

Art. 62 Se após a lavratura do auto de infração e antes da decisão de primeira instância, for verificado erro na capitulação da infração, existência de solidariedade ou falta que resulte em agravamento da exigência, será lavrado auto de infração revisional, do qual será intimado o atuado e o solidário, se for o caso, abrindo-se prazo de trinta dias para apresentação de reclamação

Seção XI
Do Julgamento em Primeira Instância

Art. 63 O julgamento do processo, em primeira instância, compete ao Coordenador do ISSQN, que antes de proferir a decisão poderá solicitar parecer técnico.

Seção XII
Dos Recursos Para Segunda Instância

Art. 64 As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância, observando-se que:

§ 1º Os recursos ao Conselho de Contribuintes são :

I - de ofício, da decisão favorável ao contribuinte, total ou parcialmente, desde que o montante atualizado do crédito tributário julgado improcedente seja superior a 470 (quatrocentos e setenta) valores de referência (VR's), na data da decisão, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão , no final desta;

~~II — ordinário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo atuado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão;~~

II - ordinário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo atuado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à intimação da decisão; (Redação dada pela Lei nº 14153/2021)

§ 2º O recurso ordinário interposto intempestivamente antes da inscrição do crédito tributário correspondente em dívida ativa, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes cabendo a este apreciar a preclusão.

§ 3º A decisão que anular, por vício formal, o lançamento efetuado, não estará sujeito a reexame necessário.

§ 4º O rito processual em segunda instância obedecerá às normas específicas previstas na legislação tributária.

Seção XIII Da Vista Dos Autos

Art. 65 Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao atuado o direito de vista dos autos na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo, permitindo-se o fornecimento de cópias autenticadas ou certidões por solicitação do interessado, lavrando o servidor termo com indicação das peças fornecidas.

Seção XIV Das Decisões Finais

Art. 66 As decisões são finais e irreformáveis na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recurso ou se esgotarem os prazos para tal procedimento, observando-se o seguinte:

I - após decorrido o prazo para oferecimento de recurso, as decisões finais favoráveis à Fazenda Pública Municipal serão executadas mediante intimação do atuado pelo órgão competente, observado no que couber o disposto no artigo 58 desta Lei, para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir a obrigação, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa;

II - Os créditos tributários inscritos em dívida ativa serão cancelados, com observância do disposto em decreto do Poder Executivo, nos casos de:

- a) exclusão do crédito tributário;
- b) regularização de divergência de créditos tributários originados de processo administrativo fiscal , de rito sumário.

III - o encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente da nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista no inciso I deste artigo;

Seção XVII Do Crédito Tributário Não Impugnado

Art. 67 Se o contribuinte concordar apenas parcialmente com o auto de infração ou com a decisão de primeira instância, poderá, respectivamente, oferecer reclamação ou interpor recurso ordinário, apenas em relação à parcela do crédito tributário contestado, desde que efetue, previamente , o pagamento da parte não contestada.

Seção XVI Da Decadência e da Prescrição

Art. 68 Nos casos em que o sujeito passivo deva antecipar o pagamento do ISSQN sem prévio exame da autoridade administrativa, o prazo para a homologação é de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo referido no caput sem pronunciamento da Fazenda Pública, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito tributário, exceto se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 69 O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados:

- I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 70 A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da sua constituição definitiva.

§ 5º A prescrição se interrompe:

- I - pela citação pessoal feita ao devedor;
- II - pelo protesto judicial;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

CAPÍTULO XV DO PROCESSO FISCAL DE RITO ESPECIAL

Art. 71 O valor do ISSQN declarado pelo sujeito passivo, quando não recolhido na forma e prazo estabelecido na legislação tributária, será inscrito automaticamente em dívida ativa juntamente com a multa devida, correção monetária e juros de mora, não cabendo, em decorrência da declaração do próprio contribuinte, qualquer reclamação ou recurso.

§ 1º O contribuinte será notificado da inscrição em dívida ativa na seguinte forma:

- I - através de correspondência registrada, com aviso de recebimento;
- II - por meio de edital publicado em jornal oficial, se não localizado no endereço constante de seus dados cadastrais.

§ 2º A Secretaria de Finanças poderá, antes do ajuizamento da respectiva ação executiva, conceder nova oportunidade para pagamento, na forma e prazos estabelecidos na legislação tributária.

CAPÍTULO XVI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 72 A apuração e julgamento das infrações à legislação do ISSQN atenderão às normas processuais estabelecidas nesta Lei e as penalidades a serem aplicadas obedecerão as leis da época em que ocorreram as infrações.

Art. 73 Quando, em função de pagamento insuficiente de crédito tributário, em relação aos recolhimentos bancários autorizados ou em repartição fazendária, for responsabilizado o servidor fazendário esta responsabilidade será ilidida,

automaticamente, pelo lançamento das diferenças em processo administrativo fiscal ou em dívida ativa.

Art. 74 Fica a Secretaria de Finanças autorizada a celebrar acordos com órgãos da União, Estados e Municípios, bem como com entidades privadas, objetivando:

I - intercâmbio de informações econômico-fiscais;

II - interação nos programas de fiscalização tributária;

III - treinamento de pessoal em administração e fiscalização tributária.

Art. 75 Enquanto não instituído e em funcionamento o Conselho de Contribuintes, a decisão de segunda instância competirá ao Secretário Municipal de Finanças.

~~Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Contribuintes deverá ser instituído e estar em efetivo funcionamento dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação desta Lei.~~ (Revogado pela Lei nº 10883/2011)

Art. 76 As penalidades previstas nesta Lei só retroagem quando forem menos severas que as previstas na lei vigente ao tempo da prática da infração.

Art. 77 Fica incorporada nesta Lei a lista de serviços instituída pela Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Art. 78 Aplicam-se, no que couber, à matéria tratada nesta lei, as disposições do Código Tributário do Município de Ponta Grossa.

Art. 79 Enquanto não expedidos os atos normativos referidos nesta Lei permanecem em vigor as normas relativas às obrigações acessórias e formais necessárias ao controle, fiscalização e arrecadação do ISSQN.

Art. 79 A - A Secretaria Municipal de Finanças poderá estabelecer obrigações acessórias distintas pra cada segmento de contribuintes ou responsáveis a que se referem os artigos 7º e 8º desta lei, em função de peculiaridades de cada ramo de atividade constante da lista de serviços anexa. (Redação acrescida pela Lei nº 11131/2012)

Art. 80 Ficam revogados: os arts. 134 a 136 a 138 a 162 do Título V da Lei 6.857, de 26 de dezembro de 2001; os arts. 12 a 13 da Seção IX da Lei 3.566, de 25 de maio de 1983; os arts. 1º a 2º do Capítulo I; 4º do Capítulo II, 9º e 10º do Capítulo V, da Lei 3.763, de 12 de junho de 1985; a Lei 4917, de 22 de setembro de 1983, com exceção do artigo parágrafo único e a Lei 7.086, de 23 de dezembro de 2002.

Art. 81 Esta Lei entra em vigor em 31 de dezembro de 2.003.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 13 de fevereiro de 2.004.

DELMAR PIMENTEL
Presidente

ADROALDO CORREA DE ARAÚJO
1º Secretário

ANEXO
TABELA DE SERVIÇO DO ISSQN À LEI Nº 7500

Item	Atividade	%	VR
01	Serviços de informática e congêneres		
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas	3	6

1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
1.02	Programação	3	6	
1.02	Programação	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
1.03	Processamento de dados e congêneres	3	6	
1.03	Processamento de dados, PROVEDOR DE ACESSO A REDE DE COMPUTADORES e congêneres	3	6	(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, provedor de acesso a rede de computadores e congêneres.	3		(Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)
1.04	Elaboração de programas eletrônicos, inclusive de jogos eletrônicos	3	6	
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3		(Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação	3	6	
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
1.06	Assessoria e consultoria de informática	3	6	
1.06	Assessoria e consultoria de informática	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação; configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados	3	6	
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação; configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas	3	6	
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas E CONGÊNERES	3	6	(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas e congêneres	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei Federal nº 12.485, de 12/09/2011, sujeita ao ICMS)	3		(Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza			
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza			
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	3	6	(Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres			
3.01	Cessão de direito de uso de marcas e sinais de propaganda	3	3	
3.01	Cessão de direito de uso de marcas e sinais de propaganda	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza	3		
3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	5		
3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas, e outras estruturas de uso temporário	3		
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres			

4.01	Medicina e biomedicina	3	12	(Redação dada pela Lei nº 11617/2013)
		1,5		(Redação dada pela Lei nº 11195/2013) (Lei nº 11.195/2013 Declarada Inconstitucional pelo TJPR através da ADIN nº 3)
4.01	Medicina e biomedicina	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	2	7,5	
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	2		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres	2		
4.04	Instrumentação cirúrgica	3	6	
4.04	Instrumentação cirúrgica	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.05	Acupuntura	3	7,5	
4.05	Acupuntura	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	3	6	
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.07	Serviços farmacêuticos	3	6	
4.07	Serviços farmacêuticos, DE MANIPULAÇÃO OU DISPENSAÇÃO DE FÓRMULAS ALOPÁTICAS OU HOMEOPÁTICAS, PARA USO EXCLUSIVO DO ENCOMENDANTE.	3	6	(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
4.07	Serviços farmacêuticos, de manipulação ou dispensação de fórmulas alopáticas ou homeopáticas, para uso exclusivo do encomendante.	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	3	6	
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	1,5	6	(Redação dada pela Lei nº 11195/2013) (Lei nº 11.195/2013 Declarada Inconstitucional pelo TJPR através da ADIN nº 3)
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	3		(Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	3	6	
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.10	Nutrição	3	6	
4.10	Nutrição	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.11	Obstetrícia	3	7,5	
4.11	Obstetrícia	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.12	Odontologia	3	8	
4.12	Odontologia	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.13	Ortótica	3	6	
4.13	Ortótica	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.14	Próteses sob encomenda	3	6	
4.14	Próteses sob encomenda	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.15	Psicanálise	3	7,5	
4.15	Psicanálise	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
4.16	Psicologia	3	6	
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres	3		
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	3		
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres	3		
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3		

4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	2	
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres	3	(Redação dada pela Lei nº 11617/2013)
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário	3	(Redação dada pela Lei nº 11617/2013)
4.24	Psicopedagogia	2	(Redação acrescida pela Lei nº 9833/2008)
4.25	Serviços de elaboração de lentes para uso ópticos, inclusive de contato feitos por encomenda e para usuário final.	2	(Redação acrescida pela Lei nº 9833/2008)
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres		
5.01	Medicina veterinária e zootecnia	3	6
5.01	Medicina veterinária e zootecnia	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, pronto-socorros e congêneres, na área veterinária	3	
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária	3	
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	3	
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	3	
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3	
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	3	
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres	3	3
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária	3	
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres		
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	3	
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres	3	
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres	3	
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	3	6
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres	3	
6.06	Aplicação de Tatuagem, Piercing e congêneres.	3	3
6.06	Aplicação de Tatuagem, Piercing e congêneres.	3	(Redação acrescida pela Lei nº 9833/2008)
6.06	Aplicação de Tatuagem, Piercing e congêneres.	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	3	6
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)

7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços que fica sujeito ao ICMS).	3	
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica, elétrica, DE TELECOMUNICAÇÕES e de outras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação	3	(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica, elétrica, de telecomunicações e de outras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços que fica sujeito ao ICMS).	3	(Redação dada pela Lei nº 12.401/2015)
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia (exceto o fornecimento de mercadorias pelo prestador de serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3	
7.04	Demolição	3	
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres	3	
7.05	Reparação, conservação, PINTURA e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres	3	(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço	3	
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres	3	
7.08	Calafetação	3	
7.08	Calafetação, IMPERMEABILIZAÇÃO, ISOLAMENTOS e congêneres	3	(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer	3	
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres	3	
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores	3	
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, captação, tratamento, distribuição e cobrança de serviços de saneamento e esgoto	5	
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres	3	
7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres	3	
7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3	(Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)
7.15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	3	
7.16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres	3	

7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo	3	6	
7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	3	6	
7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
7.19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais	3		
7.20	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres	3		
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer natureza			
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior	2		
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio, superior, sequencial e pós-graduação, mestrado e doutorado.	2		(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	2		
8.03	Ensino técnico, profissionalizante, de idiomas, de artes e de música; cursos preparatórios para concursos e vestibulares.	2		(Redação acrescida pela Lei nº 9833/2008)
9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres			
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite-service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao imposto Sobre serviços).	3		
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	3	6	
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
9.03	Guias de turismo	3	3	
9.03	Guias de turismo	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
10	Serviços de intermediação e congêneres			
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada	3	3	(Redação dada pela Lei nº 8766/2006)
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada	3		(Redação dada pela Lei nº 11617/2013)
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	3	3	
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	3	3	
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)

10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)	3	3	
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)	5		(Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros por quaisquer meios	3	3	
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros por quaisquer meios	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
10.06	Agenciamento marítimo	3	3	
10.06	Agenciamento marítimo	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
10.07	Agenciamento de notícias	3	3	
10.07	Agenciamento de notícias	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios	3	3	
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	2	3	(Redação dada pela Lei nº 11131/2012)
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	2		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
10.10	Distribuição de bens de terceiros	3	3	
10.10	Distribuição de MERCADORIAS, bens E CONGÊNERES, de terceiros	3	3	(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
10.10	Distribuição de mercadorias, bens e congêneres, de terceiros	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres			
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações	5		
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, INCLUSIVE DO TIPO "VALET SERVICE", de aeronaves e de embarcações	5		(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas	3		
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes	3		(Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas	5		
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5		
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	2		(Redação dada pela Lei nº 11131/2012)
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3		(Redação dada pela Lei nº 11617/2013)
11.05	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, provedor de acesso a rede de computadores e congêneres.	5		(Redação acrescida pela Lei nº 14153/2021)
11.05	Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.	5		(Redação dada pela Lei nº 14.243/2022)
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres			
12.01	Espectáculos teatrais	2		

12.02	Exibições cinematográficas	2	
12.03	Espetáculos circenses	2	
12.04	Programas de auditório	3	
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres	3	
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres	3	
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3	
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres	3	
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não	5	
12.10	Corridas e competições de animais	3	
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador	3	
12.12	Execução de música	3	
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3	
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	3	
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	3	
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	2	
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	3	
12.18	Locução e apresentação	3	(Redação acrescida pela Lei nº 9833/2008)
12.18	Locução e apresentação	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia		
13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres	3	
13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres	3	
13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização	3	
13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
13.04	Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia	3	
13.04	Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia	2	
13.04	Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, foto litografia, SERIGRAFIA E CONGÊNERES	2	(Redação dada pela Lei nº 8440/2006)
			(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)

13.04	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, foto litografia, SERIGRAFIA E CONGÊNERES	2		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018) (Revogado pela Lei nº 13.221/2018)
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	3		(Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)
14	Serviços relativos a bens de terceiros			
14.01	Lubrificação, limpeza, lubrificação, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	3	3	
14.01	Lubrificação, limpeza, lubrificação, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
14.02	Assistência técnica	3	3	
14.02	Assistência técnica	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas que ficam sujeitas ao ICMS)	3		
14.04	Recachutagem ou regeneração de pneus	3		
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres de objetos quaisquer	3		
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, USINAGEM, JATEAMENTO, plastificação e congêneres de objetos quaisquer	3		(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, usinagem, jateamento, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	3		(Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido	3	3	
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
14.07	Colocação de molduras e congêneres	3		
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	3		
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3		
14.10	Tinturaria e lavanderia	3		
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	3		
14.12	Funilaria e lanternagem	3		
14.13	Carpintaria e serralheria	3		
14.14	Consultor de moda, modista, estilista ou desenhista de moda	3		(Redação acrescida pela Lei nº 9833/2008)
14.15	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	3		(Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)

15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito		
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres	5	
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no país e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas	5	
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral	5	
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres	5	
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais	5	
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	5	
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas, acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extratos e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo	5	
15.08	Emissão. Remissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins	5	
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)	5	
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento, fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral	5	
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados	5	
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários	5	
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio	5	
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão	5	

	magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres			
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer, serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive terminais eletrônicos e de atendimento.	5		
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral	5		
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão	5		
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário	5		
16	Serviços de transporte de natureza municipal			
16.01	Transporte de natureza municipal	5		
16.01	Transporte de natureza municipal, INCLUSIVE SERVIÇO DE TÁXI AÉREO	5		(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)
16.02	Serviços de transporte coletivo público municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	2		(Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres			
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	3	4	(Redação dada pela Lei nº 11131/2012)
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres	3		
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa	5	6	
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa	5		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra	5	6	
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra	5		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulso ou temporários, contratados pelo prestador de serviço	2	5	(Redação dada pela Lei nº 13.137/2018)
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas, ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	3	6	
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas, ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.07	Franquia (franchising)	3		
17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	3	6	
17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições,	3	6	

	congressos e congêneres			
17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.10	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS)	3		
17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros	3	6	(Redação dada pela Lei nº 11131/2012)
17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.12	Leilão e congêneres	3	6	
17.12	Leilão e congêneres	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.13	Advocacia	3	6	
17.13	Advocacia	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	3	6	
17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.15	Auditoria	3	6	
17.15	Auditoria	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.16	Análise de Organização e Métodos	3	6	
17.16	Análise de Organização e Métodos	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza	3	6	
17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	2		
17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	2	6	(Redação dada pela Lei nº 12.937/2017)
17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	2		(Redação dada pela Lei nº 13544/2019)
17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira	3	6	
17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.20	Estatística	3	6	
17.20	Estatística	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.21	Cobrança em geral	5	3	
17.21	Cobrança em geral	5		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	3	6	
17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	3	6	
17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
17.24	Central de chamadas, teleatendimento, telemarketing, "call center".	2,0		(Redação dada pela Lei nº 11037/2012)
		-5		(Redação acrescida pela Lei nº 9833/2008)
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	3		(Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres			
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	3	3	

18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres			
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	5	3	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	5		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários			
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	3		
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres	3		
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres	3		
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais			(Suprimido pela Lei nº 7578/2004)
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais			(Redação acrescida pela Lei nº 9833/2008)
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	5		(Suprimido pela Lei nº 7578/2004)
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	2	100	(Redação acrescida pela Lei nº 9833/2008)
21.01	Serviços de registros públicos, cartórios e notariais	2		(Redação dada pela Lei nº 9984/2009)
22	Serviços de exploração de rodovia			
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais	5		
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres			
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	3	6	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	3		(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres			
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	3		
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos, LETREIROS, FAIXAS e congêneres	3		(Redação dada pela Lei nº 9833/2008)

25	Serviços funerários		
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	3	
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos	3	
25.03	Planos ou convênios funerários	3	
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	3	
25.05	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3	(Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)
25.06	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento	3	(Redação acrescida pela Lei nº 12.937/2017)
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres		
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	5	
27	Serviços de assistência social		
27.01	Serviços de assistência social	3	3
27.01	Serviços de assistência social	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza		
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	3	3
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
29	Serviços de biblioteconomia		
29.01	Serviços de biblioteconomia	3	6
29.01	Serviços de biblioteconomia	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química		
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química	3	6
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres		
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	3	6
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
32	Serviços de desenhos técnicos		
32.01	Serviços de desenhos técnicos	3	6
32.01	Serviços de desenhos técnicos	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres		
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	3	3
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres		

34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	5	6	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	5	6	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas			
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	3	6	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	3	6	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
36	Serviços de meteorologia			
36.01	Serviços de meteorologia	3	6	
36.01	Serviços de meteorologia	3	6	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins			
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	3	3	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	3	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
38	Serviços de museologia			
38.01	Serviços de museologia	2	6	
38.01	Serviços de museologia	2	6	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
39	Serviços de ourivesaria e lapidação			
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5	6	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5	6	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda			
40.01	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda	3	3	
40.01	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda	3	3	(Redação dada pela Lei nº 13.070/2018)

Of. nº 117/2004-GP, em 26 de janeiro de 2004.

Senhor Presidente:

Como presente comunico a Vossa Excelência que a Lei Municipal nº 7.500, apensa ao Ofício nº 2.248/2003 - DPL, recebeu VETO PARCIAL deste Poder Executivo, nos termos do § 1º, do artigo 58 da **Lei Orgânica** do Município. O veto em questão refere-se a inciso IX e respectivo parágrafo único do art. 5º, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", art. 26-A e respectivo parágrafo único do art. 44 e parágrafo único do art. 53, cujas razões passamos a expor:

Art. 5º ...

...

IX - os profissionais liberais abrangidos por esta lei, desde a inscrição no respectivo órgão de classe até dois anos, desde que, comprovadamente, possua renda mensal inferior a 140 VRs.

Parágrafo Único. O pedido de isenção previsto no inciso IX deste artigo, será de 05 (cinco) anos para os beneficiários do crédito educativo.

Justificativa do veto: A análise do art. 150 e inciso II da Constituição Federal indica que o ordenamento normativo nacional não permite "tratamento desigual entre que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão

de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos."

Considera-se profissional liberal quem exerce uma profissão intelectual "para a qual se faz mister aplicação de conhecimentos científicos...E não importa para que como tal se considere que o profissional a exerça com dependência ou não. São considerados profissionais liberais: a dos militares, a dos professores, a dos juristas, homens de letras, cientistas, a dos artistas, a dos advogados, a dos magistrados, a dos sacerdotes, a dos estadistas, a dos engenheiros, a dos arquitetos, a dos médicos, dentistas, parteiros, jornalistas, contadores, economistas" (Cf. De Plácido e Silva. Vocabulário Jurídica, Vol. III, Rio de Janeiro, Forense, 1993, pág. 468).

A enumeração feita a título ilustrativo considera profissional liberal quem exerce profissão com aplicação de conhecimentos científicos. Ora, como a aplicação de conhecimentos científicos pode ocorrer em quase todas as profissões não há como precisar, para os efeitos pretendidos qual a abrangência do tratamento benéfico.

Além disso entre os profissionais considerados liberais muitos, mesmo no início da carreira, tem melhor capacidade contributiva. Exemplificativamente, pode-se lembrar que um médico, advogado, dentista engenheiro, mesmo no início de carreira tem maior capacidade econômica contributiva, que um pedreiro, pintor de parede, encanador, etc.

O parágrafo único, por sua vez, permite que um advogado que utilizou crédito educativo, ocupe a magistratura dois anos após conclusão do Curso de Direito, e embora ganhando remuneração considerável, permanece por mais três anos sem pagar ISS.

Vê-se ainda que no conceito de profissional liberal podem ser incluídas diversas profissões que não estão sujeitas a registro em órgão de classe, o que inviabiliza a identificação do termo inicial de gozo do benefício. Assim pelos argumentos expostos e pelo fato que contraria os princípios da isonomia tributária e da capacidade contributiva, prevista na Constituição Federal, e por ser contrário ao interesse público, impõe-se o veto respectivo.

Art. 13 - ...

...

§ 5º - ...

...

III - na determinação da base de cálculo da contribuição para o ISSQN, as operadoras de planos de assistência a saúde poderão deduzir:

- a) co-responsabilidade cedidas;
- b) a parcela das contraprestações pecuniárias destinadas a constituição de provisões técnicas;
- c) o valor referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, efetivamente pagos, deduzindo das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades.

Justificativas do veto: Os dispositivos vetados contrariam a Lei Complementar 116/03, o princípio da isonomia, bem como o interesse público ao estabelecer deduções da base de cálculo, aplicável aos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços. Os dispositivos, vetados permitem dedução de parcela de resultado positivo obtido pelos prestadores dos serviços, que constituem preço tributável (alínea "b" e "c" do inciso III).

Quanto à alínea "a" do inciso III, permite a dedução de "co-responsabilidade cedidas" (sic). O dispositivo desatende regras gramaticais de concordância, não faz referência ao elemento valorativo a ser deduzido, e não permite precisar seu significado e abrangência. O que é uma "co-responsabilidade cedida" para efeitos de dedução, é uma questão que certamente suscitaria inconciliáveis divergências de interpretação e litígios judiciais.

Acrescente-se que o § 3º do art. 7º da Lei Complementar nº 116/03, permita dedução da base de cálculo dos valores despendidos com terceiros pela prestação de serviços de hospitais, laboratórios, clínicas, medicamentos, médicos, odontólogos e demais profissionais de saúde, quando se tratasse de prestação de serviços nos subitens 4.22 e 4.23. Todavia referido dispositivo foi vetado pelo Presidente da República, por introduzir grave no setor de planos de saúde.

Considere-se ainda que o § 1º do art. 13 do projeto objeto do veto parcial, estabelece que a base de cálculo do ISSQN (o preço do serviço) corresponde à receita bruta, sem quaisquer deduções, exceto descontos e abatimentos incondicionais.

Portanto, os dispositivos vetados conflitam com a regra geral mencionada supra.

Enfatize-se que segundo a alínea "a" do inciso III do art. 146 da Constituição Federal compete a lei complementar a definição da base de cálculo dos impostos integrantes do sistema tributário nacional. Portanto, deduções da base de cálculo do ISSQN não podem ser introduzidas por lei ordinária. Assim, quaisquer deduções não contempladas pela LC 116/03, devem ser consideradas inconstitucionais, por violação do art. 146, inciso III, "a" da Constituição Federal, bem como do princípio da isonomia.

Cumpra esclarecer finalmente que já foi apresentado, em 10 de dezembro de 2003, o parecer da Comissão Diretora do Senado Federal dando a redação final do projeto de Lei que altera o art. 7º da Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, assim dispondo:

"Art. 7º ...

§ 2º ...

III - O valor das sub-empregadas, já tributadas pelo imposto, referente às obras constantes dos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexas a esta Lei;

IV - Os valores despendidos pelos prestadores dos serviços referidos nos subitens 4.22 e 4.23, em decorrência desses planos, com hospitais, clínicas, médicos, odontólogos, e demais atividades de que trata o item 4 da lista de serviços, já tributados pelo Imposto sobre Serviços."

Os serviços de que tratam ao subitens 4.22 e 4.23, são os mesmos referidos na lista aprovada pela Lei 7.500/00, ou seja:

4.22 -

4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres	2
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	2

Assim, em razão da natureza da Lei Complementar 116/03, não pode a Lei Municipal estabelecer de forma diversa quanto à base de cálculo prevista no art. 7º, sob pena de violação, por via indireta, da aplicação das alíquotas mínimas e máximas estabelecidas.

Portanto, para que não haja contrariedade à Lei Complementar 116/03 (que hoje não prevê qualquer desconto) e para que se não rejeite o veto por essa Câmara Municipal, estará sendo enviada - tão logo sancionada pelo Poder Executivo Federal a lei que altera a Lei Complementar 116/03 - mensagem com projeto de lei visando à adequação, de forma ampla, da Lei Municipal 7.550/03 à legislação federal, na forma do artigo 53 da **Lei Orgânica** do Município.

Art. 26-A O sujeito passivo que, em relação ao ISSQN, apurar crédito relativo a valores pagos a maior ou indevidamente, inclusive os judiciais com trânsito em julgado passível de restituição ou de ressarcimento, poderá, por sua própria iniciativa, utilizá-lo na compensação de débitos de ISSQN administrados pelo fisco municipal.

Parágrafo Único. A compensação declarada ao fisco municipal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

Justificativa do veto: O dispositivo incluído ao projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo permite ao contribuinte apurar créditos, segundo seu critério e interesse, e utilizá-los para compensar débitos apurados pelo Fisco. Confere o caráter de lançamento à apuração de créditos pelo contribuinte, quando é sabido que o lançamento é de competência privativa da autoridade administrativa, nos termos do art. 142 do Código Tributário Nacional.

Deve-se considerar que sobre a compensação dispõe o C.T.N.:

"Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo

contra a Fazenda Pública.

Parágrafo Único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo, porém, cominar redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento"

Vê-se que a compensação é aplicável apenas a créditos líquidos e certos. Conforme manifestação do Poder Judiciário "...O art. 170, do CTN, ao exigir liquidez e certeza para ser efetivada a compensação, é lei complementar. Ainda mais, quando diz que a compensação só pode ser feita nos termos da lei ordinária. Fixa, assim, pressuposto nuclear a ser cumprido pelas partes, não dispensável pela lei ordinária, que é a existência de crédito líquido e certo. A seguir, exige que a lei ordinária autorize a compensação e fixe garantias e o modo da mesma proceder..." (STJ, 1ª T., Res 111.034/AL, rel. Min. José Delgado/1997

Ainda que se tratasse de crédito líquido e certo do contribuinte o regime de compensação deveria contemplar o tratamento previsto no caput do art. 170 do CTN quanto a estipulação de garantias, bem como do parágrafo único no que se refere à fixação de critérios para aplicação de juros para os créditos vencidos do sujeito passivo.

A Lei 6.684, de 26 de janeiro de 2001, com a Redação dada pela Lei 6.731, de 26 de junho de 2001, disciplina, integralmente, a extinção de créditos tributários por compensação, inclusive de forma mais abrangente que a proposta pelo artigo ora vetado.

Assim, do ponto de vista técnica legislativa, é recomendável que o mesmo assunto não seja disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa, que não é o caso da Lei 7.500/03, que trata especificamente do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Além disso, percebe-se que o art. 26, § 3º, da Lei 7.500/03, já prevê a possibilidade de, ao ser julgado o pedido de restituição do ISS recolhido indevidamente, a autoridade fazendária autorizar a repetição do indébito na forma de crédito a ser deduzido dos valores devidos, qualquer que seja o regime de tributação do sujeito passivo.

Portanto, tendo em vista a natureza do imposto sobre serviços - que comporta transferência do respectivo encargo financeiro - a restituição somente será possível mediante a prova de que o respectivo valor não foi transferido e recebido de terceiros (art. 26, caput), não podendo ficar, assim, ao livre critério do sujeito passivo, tal como prevê o art. 26-A, ora vetado.

Tem o contribuinte, pois, o direito de requerer a restituição, mas não pode, por sua própria iniciativa, utilizar na compensação de débitos sem o devido processo administrativo, ainda que sob condição resolutiva, tal como previsto no parágrafo único do art. 26-A, também vetado pelas mesmas razões até aqui expostas.

Art. 44 - ...

...

Parágrafo Único. O atraso na entrega da DFA não será motivo de desenquadramento do regime de microempresa previsto neste capítulo, ficando esta infração sujeita à multa conforme dispõe o art. 48, parágrafo único, inciso V, alínea "n".

Justificativa do veto: O dispositivo, na forma como foi redigido, releva não só o atraso na entrega da DFA, mas a própria apresentação do documento, visto que permite atraso sem limite no tempo.

Entretanto, a DFA é o único documento de que dispõe a administração tributária para exercer controle das operações da microempresa. Se a DFA não for apresentada não será possível proceder o acompanhamento da evolução de suas receitas e o correto pagamento do tributo.

Considerando-se que as microempresas estão dispensadas de várias obrigações acessórias exigidas de outros contribuintes, não se justificam omissões quanto à apresentação da DFA.

Art. 53 - ...

Parágrafo Único. O mandato de procedimento fiscal deverá obrigatoriamente ser assinado pelo Secretário Municipal de Finanças, sob pena de nulidade.

Justificativa do veto: A atividade de fiscalização tributária, em face de sua natureza, e nos termos do art. 194 do CTN deve ser regulada pela legislação tributária, o que significa que não deve ser disciplinada pelo Legislativo. A atividade, no que se refere ao lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Portanto estando o agente fiscal no exercício de atividade de fiscalização deverá exercer o poder-dever de iniciar o procedimento administrativo independentemente de mandato do Secretário de Finanças.

Entretanto, afora esta vinculação, a atividade de fiscalização deve atender objetivos de eficiência, o que exige uso de critérios técnicos específicos que devem ser utilizados de forma ágil e oportuna, sem amarras burocráticas.

O dispositivo, apenas para exemplificar, impede a ação imediata da fiscalização, quando se afigure urgente e necessária, no caso de ausência eventual do Secretário Municipal de Finanças.

Considere-se ainda que o fato de o procedimento fiscal ser iniciado por mandado do Secretário Municipal não é garantia contra cometimento de abusos. De qualquer forma, eventuais abusos cometidos na atividade de fiscalização devem ser coibidos na forma prevista nas normas administrativas e penais vigentes.

Os programas de fiscalização, por sua vez, são de competência do Coordenador do ISS que deve estar revestido de competência para determinar prioridades de fiscalização segundo critérios de conveniência e oportunidade e de boa administração tributária.

Por derradeiro, frise-se que o dispositivo ora vetado viola o art. 54, IV, da [Lei Orgânica](#) Municipal, por vício de iniciativa:

Art. 54 - Ressalvando o disposto nesta [Lei Orgânica](#), são de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais, órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo;

Redação do inciso IV, do artigo 54 determinada pela ELOM Nº 35, de 23/09/2003.

Não cabe, pois, a qualquer membro, Comissão ou à Mesa Executiva da Câmara Municipal, a iniciativa de lei ou proposta de emenda a projeto de lei que trata da matéria prevista no art. 54, IV, da [Lei Orgânica](#) do Município, por se tratar de iniciativa privativa ou exclusiva do Prefeito Municipal.

Cumpra comunicar ainda a Vossa Excelência que foi vetada alínea "g" do art. 4º da Lei nº [7.464](#), de 13 de janeiro de 2004, que institui o Conselho de Contribuintes do Município, assim redigida:

Art. 4º ...

....

g- Sindicato das Micro e Pequenas Empresas dos Campos Gerais"

Justificativa do veto: De acordo com o caput do artigo 4º "O Corpo Deliberativo é composto de 11 (onze) conselheiros, sendo 5 (cinco) representantes do Poder Executivo e 6 (seis) representantes dos contribuintes:

Entretanto, os representantes dos contribuintes mencionados nas alíneas do § 2º do artigo 4º, totalizam 7 (sete), que somadas ao 5 (cinco) representantes do Poder Executivo, totalizariam 12 (doze) Conselheiros. Assim, para ajustar a representação dos contribuintes à composição prevista no caput do artigo 4º, faz-se necessário excluir uma representação, recaindo a escolha na representação do Sindicato das Micro e Pequenas Empresas dos Campos Gerais, pelo fato de a categoria já estar representada pelas entidades mencionadas nas alíneas "a" e "b".

Assim, em face dos motivos apresentados, solicito a manutenção do presente veto.

Reitero a Vossa Excelência e demais dignos pares, os meus protestos de consideração e apreço.

PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
Prefeito Municipal